

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL – PPGPLAN

IDENTIDADE CULTURAL E AGRICULTURA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-SC.

Francielle Cristina Gaertner

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Planejamento
Territorial e Desenvolvimento Socioambiental
do Centro de Ciências Humanas e da Educação
da Universidade do Estado de Santa Catarina,
sob orientação do Professor Doutor Pedro
Martins.

Florianópolis/SC, abril de 2019.

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Gaertner, Francielle Cristina
Identidade Cultural e Agricultura Familiar no município de Rio
Negrinho - SC. / Francielle Cristina Gaertner. -- 2019.
95 p.

Orientador: Pedro Martins
Dissertação (mestrado) — Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação Profissional em Planejamento Territorial e
Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Florianópolis, 2019.

1. Campesinato. 2. Agricultura Familiar. 3. Identidade Cultural.
4. Juventude Rural . 5. Cooperativismo. I. Martins, Pedro. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional
em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental.
III. Título.

GAERTNER, Francielle C. **Identidade Cultural e Agricultura Familiar no Município de Rio Negrinho-SC**. Dissertação de Mestrado – PPGPLAN/MPPT/UDESC. Florianópolis, 2019.

RESUMO

A pesquisa resulta do estudo teórico temático aliado a atividade prática em campo com o objetivo de compreender e apresentar como ocorre o processo de produção, como é o modo de vida e qual a identidade cultural dos agricultores familiares do meio rural no município de Rio Negrinho a partir de suas raízes locais. Tendo no referencial teórico os principais conceitos norteadores da pesquisa que foi dividida nos eixos temáticos que seguem: campesinato, agricultura familiar, identidade cultural, população cabocla, cooperativismo na Agricultura Familiar, juventude rural e história da região em uma perspectiva sócio- antropológica. O recorte do objeto consistiu no estudo da Cooperativa dos Produtores Familiares de Rio Negrinho - COOPERINE e teve como público-alvo agricultores familiares com ligação direta com a cooperativa. Com o objetivo de cumprir as etapas propostas foram utilizadas técnicas etnográficas tais quais: levantamento de dados através de observação participante, entrevistas semi-estruturadas com os atores (agricultores familiar) e visita em campo realizando um diagnóstico acerca da problemática. Desta forma, foi possível identificar a identidade cultural dos agricultores familiares ligados a COOPERINE e identificar gargalos a serem superados no meio rural do Território do Planalto Norte Catarinense. A partir dos dados obtidos, a pesquisa permite promover novas discussões acerca da identidade cultural dos agricultores familiares, respeitando e valorizando suas particularidades possibilitando contribuir na promoção de políticas públicas voltadas ao meio rural. Ainda, é possível novas reflexões acerca da juventude rural e a sucessão familiar.

Palavras-chave: campesinato, agricultura familiar; identidade cultural; juventude rural; cooperativismo.

GAERTNER, Francielle C. Identidade Cultural e Agricultura Familiar no Município de Rio Negrinho-SC. Dissertação de Mestrado – PPGPLAN/MPPT/UDESC. Florianópolis, 2019.

ABSTRACT

The research results from the thematic theoretical study allied to practical field activities with the objective of understanding and presenting how the production process occurs, how is the way of life and what is the cultural identity of the rural family farmers in the municipality of Rio Negrinho a from their local roots. Having in the theoretical reference the main guiding concepts of the research that was divided in the following thematic axes: peasantry, family agriculture, cultural identity, cabocla population, cooperativism in Family Agriculture, rural youth and history of the region from a socio-anthropological perspective. The cut of the object consisted in the study of the Cooperative of the Family Producers of Rio Negrinho - COOPERINE and had as target family farmers with direct connection with the cooperative. In order to comply with the proposed steps, ethnographic techniques were used, such as: data collection through participant observation, semi-structured interviews with the actors (family farmer) and a field visit making a diagnosis about the problem. In this way, it was possible to identify the cultural identity of the family farmers linked to COOPERINE and identify bottlenecks to be overcome in the rural area of the Northern Plateau Territory. From the data obtained, the research allows to promote new discussions about the cultural identity of family farmers, respecting and valuing their particularities, making it possible to contribute to the promotion of public policies aimed at the rural milieu. Still, new insights about rural youth and family succession are possible.

Keywords: peasantry, family farming; cultural identity; rural youth; cooperative.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados	9
Tabela 2 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Rio Negrinho - SC.....	30
Tabela 3 – Relação de experiências coletivas da Agricultura Familiar no Planalto Norte Catarinense, com respectivo número total por município e número das que terminaram, existe e não atuam, e as que estavam em atuação no ano de 2005	49
Tabela 4 – Gêneros Alimentícios – Merenda Escolar (Chamada Pública 002/2017)	55
Tabela 5 – Panorama dos Assentamentos Rurais em Rio Negrinho	59
Tabela 6 – Caracterização Fundiária das propriedades rurais em Rio Negrinho	62
Gráfico 1: População rural e urbana em Rio Negrinho	31
Gráfico 2: Composição PIB municipal 2010	34
Gráfico 3: Composição PIB municipal 2015	34
Gráfico 4 Contribuição do PIB agropecuário para o município de Rio Negrinho	35
Gráfico 5: Principais culturas produzidas no município de Rio Negrinho e seu comportamento na última década.....	36
Gráfico 6: Comportamento da Bacia Leiteira de Rio Negrinho na última década	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I – DA ROÇA CAMPONESA À AGRICULTURA FAMILIAR: O RETRATO DO MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO	12
CAPÍTULO II – A IDENTIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RIO NEGRINHO.....	28
CAPÍTULO III – UM RETRATO DA TEORIA E PRÁTICA: NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O MEIO RURAL NO TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
BIBLIOGRAFIA CITADA	83

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da identidade cultural e agricultura familiar no meio rural do município de Rio Negrinho – SC como uma porção significativa capaz de compreender como ocorre o processo de produção e o modo de vida da população rural a partir de suas origens culturais. O trabalho busca compreender através de aspectos históricos, sócio-culturais e de produção características do agroecossistema, como a agricultura familiar se organiza e se reproduz no território rural do município de Rio Negrinho.

Na condição de assistente social e intimamente vocacionada para trabalhos junto à área rural surgiu a possibilidade de observar situações as quais me trouxeram reflexões e necessidade de pesquisar sobre vivências rurais e trazer respostas frente a uma realidade pouco valorizada que é a agricultura familiar. Ao mesmo tempo em que reforço a real importância da produção familiar que se torna essencial para a sociedade, reforço a importância da produção, principalmente de hortifrutigranjeiros, consumida por cada um de nós, produzida por esses pequenos agricultores no interior dos municípios. A dificuldade evidenciada na realização de trabalhos na forma de organização em cooperativas e associações me chamou a atenção na região do Planalto Norte de Santa Catarina onde tenho raízes e onde, durante um período de tempo, desenvolvi consultoria frente ao programa Território Rural (TR), posteriormente Território da Cidadania (TC), programa desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

O território Rural do Planalto Norte foi selecionado para integrar o Programa Território da Cidadania, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, no ano de 2010, chefiado pela Casa Civil do Governo Federal que envovia outros ministérios. A ação de integrar o Planalto Norte veio ao encontro do compromisso do Governo Federal em criar mecanismo para o desenvolvimento desse território e também o reconhecimento da falta de priorização e apoio de políticas públicas nessa área. O Programa durou dois anos, teve uma relevante função no desenvolvimento de diversas ações consideradas prioritárias para o território, mas foi extinto no ano de 2012 por falta de orçamento para continuação das ações.

O município de Rio Negrinho, localizado ao norte do Estado de Santa Catarina, possui na agricultura importante fator de desenvolvimento e fonte de renda para diversas famílias no meio rural. Marcando a identidade cultural dos caboclos, iniciamente a área de plantio era composta de roças e quando iniciou sua colonização por alemães, italianos, poloneses e caboclos, área esta ainda pertencente ao município de São Bento do Sul/SC, era utilizada para extensas fazendas na produção de feijão, milho e outros grãos. Após sua emancipação, no ano de 1953, entrou em uma

fase de exploração madeireira onde se devastou sem levar em consideração que essa economia se esgotaria. Sofre os resultados desse pouco planejamento econômico até os dias de hoje onde o município e a região são marcados por um “atraso” no desenvolvimento econômico em relação às demais regiões do Estado.

Outros fatores a serem considerados, para compreender a dinâmica econômica e os modelos de desenvolvimento, são a Guerra do Contestado, a construção da estrada de ferro e outros acontecimentos que possam somar à compreensão do problema. Elucidamos como pano de fundo, devido a esses acontecimentos, a existência de parte da população de origem cabocla.

A guerra do contestado ocorreu entre os anos de 1912 a 1916 e foi um confronto armado entre terras interestaduais, envolvendo Santa Catarina e o Paraná. Milhares de pessoas foram mortas nesse massacre. A disputa era pelo “poder”, poder de quem poderia realizar uma maior exploração econômica em terras abundantes e férteis principalmente em madeira e erva mate.

Logo após o conflito, houve um movimento messiânico envolvendo principalmente os que foram expulsos de suas terras, sejam eles ex-operários contratados para a construção da estrada de ferro, sem-terras, ex-posseiros e dezenas de outras pessoas que perderam suas terras, predominando os denominados “caboclos”. Remanescentes do contestado afirmam que o Monge José Maria foi o responsável por ajudar parte dessa população a lutar e ocupar espaços como uma forma de resistência de sua identidade com o local e também foi o responsável em inserir como tratamento medicinal receitas a base de ervas medicinais e benzimentos, os quais hoje são um herança cultural do Território.

A literatura já produzida sobre o tema encontra-se dividida nos eixos temáticos que seguem: campesinato, agricultura familiar, identidade cultural, população cabocla, cooperativismo na Agricultura Familiar, juventude rural e história da região.

No primeiro eixo, campesinato, a literatura já produzida aborda a história, as origens camponesas, as origens e características da agricultura familiar e o campo de disputa existente entre ambos sendo desenvolvido por autores como Wanderley (2003); Shanin (2005); Carvalho (2005); Ploeg (2006) e Queiroz (2009).

Uma abordagem semelhante entre os autores retrata o camponês como o pobre do campo, como em Godoi; Menezes; Marin (2009):

As configurações camponesas são bastante diversas, entretanto as visões correntes tendem a compreendê-las por meio de noções pré-concebidas, como a caracterização dos camponeses como praticantes de uma agricultura de subsistência e desprovidos de mecanismos de geração de renda. Assim, necessitam de intervenção exterior de modo a modernizar suas práticas agrícolas para se posicionarem no patamar de geradoras de renda e de maior inserção no mercado (p. 23).

A questão apresentada remonta ao campesinato como uma produção de subsistência, sem capacidade tecnológica e de escala para venda em mercado ou trocas e com poucas possibilidades de melhorar as condições de vida se não houver políticas públicas efetivas. É considerada, para alguns autores, uma categoria em transição ou periférica, uma categoria a qual podemos dizer fadada ao seu desaparecimento e dando lugar a uma agricultura mais competitiva, tecnológica e com maiores potenciais de ganho ao capital.

Sobre o eixo agricultura familiar, no Brasil, nota-se que a primeira forma de regulação sobre a propriedade familiar foi definida pelo Estatuto da Terra, no ano de 1964, pela Lei n. 4.504, de 30 de novembro daquele ano, com a redação:

propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros.

Com relação ao tamanho da propriedade, a Lei n. 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade o imóvel rural com menos de 4 módulos fiscais e média propriedade aqueles que estão entre 4 e 15 módulos fiscais.

Dentre os autores brasileiros que trabalham com a definição para a agricultura familiar, destacam-se Bittencourt e Bianchini (1996); Carmo (1999); Guanziroli e Cardim (2000), sendo que utilizam a mão-de-obra familiar, o tamanho das propriedades e as formas de geração, de ocupação e renda como análise de seus estudos e definições para a categoria.

No eixo identidade cultural, autores como Barth (1998); Hall (2000); Laraia (2001); Laplantine (2003) e Velho (2004) enfocam que a questão cultural deve ser observada em nível local, no meio em que ocorrem as relações entre as pessoas. Não são as características físicas que determinam uma cultura, mas sim suas relações, práticas e os modos de vida que a determinam. Neste sentido, podemos afirmar que o meio interfere nas práticas culturais dos homens e em suas opções de vida.

Conforme aponta Laraia (2001), o homem é fruto do meio cultural em que está inserido, sendo o herdeiro de um processo que acumula conhecimentos e experiências dos indivíduos anteriores a ele. Trabalhos de autores como Rosendahl (1999); Lé Bossé (2004); Woodward (2009) e Chelotti (2010) trabalham a identidade cultural construída pelas subjetividades individuais e ou coletivas e podem tanto estar relacionadas à igualdade entre objetos ou pessoas.

No eixo seguinte, que enfoca a população cabocla, a literatura produzida por Queiroz (1977); Locks (1998); Machado (2004) e Poli (2006) abordam as origens, características comuns e modos de vida da população cabocla no sul do Brasil. As obras também contemplam

acontecimentos importantes que ocorreram no território, como a Guerra do Contestado, que possibilita compreender a dinâmica atual.

No eixo denominado cooperativismo na agricultura familiar, percorremos as obras de Lopes (2001); Pinho (2004) e Singer (2010) que apontam o viés de trabalho coletivo na busca de produção local, suas relações de comercialização com o mercado, bem como geração de trabalho e renda aos envolvidos. Conforme apresenta Singer (2010), o trabalho cooperativo tem forte influência no sucesso ou no fracasso dos empreendimentos voltados à agricultura familiar e assentamentos rurais:

entre os pequenos agricultores e especialmente nos movimentos sociais ligados à reforma agrária, a prática de cooperação, desde o início, se dava naturalmente com a organização de mutirões e troca do excedente de alimentos produzidos para o consumo.

No eixo denominado juventude rural, pesquisas e estudos vem sendo realizados no sentido de identificar quem são os jovens rurais, suas características, mudanças ocorridas no meio rural que possam estar afetando e gerando problemas na categoria, principalmente problemas relacionados ao gênero e sucessão familiar (Moura, 1978; Ribeiro, 1993; Woortmann, 1994; Castro, 2006; Aguiar e Stropasolas, 2010; Paulilo, 2016; Cuervo-Fernández, 2017).

Ainda considerando a categoria, sob um olhar sociológico, destacamos os autores Pais (1990) e Novaes (2006) que apresentam a possibilidade em trabalhar com a categoria juventude a partir de duas perspectivas distintas: termos etários e conjunto social diversificado.

No último eixo, história da região, destacam-se as obras que trabalham com a história da colonização do Estado de Santa Catarina, do território e em especial do município de Rio Negrinho, como Cabral (1994); Oliveira (2001); Claval (2007) e Kormann (2012).

Frente aos conhecimentos já disponibilizados pela literatura científica, a presente pesquisa buscou investigar: 1) Como se dá o processo de cooperativismo no meio rural em Rio Negrinho? 2) Qual a importância da agricultura familiar na estruturação econômica do município de Rio Negrinho? 3) Qual/quais foram as transformações/mudanças ocorridas no meio rural nas últimas duas décadas? 4) Em que medida a identidade cultural interfere na organização do espaço?

O problema de pesquisa ficou assim caracterizado: Como a identidade cultural influencia a agricultura familiar no meio rural de Rio Negrinho?

Como objetivo geral, a pesquisa buscou caracterizar a identidade cultural e como ela influencia o modo de vida e de produção de agricultores familiares no meio rural do município de Rio Negrinho.

Partiu-se para tanto, dos objetivos específicos elencados: 1 - Analisar como o processo cooperativo flui nesse território a partir da realidade do município de Rio Negrinho; 2 – Identificar a importância da agricultura familiar na estruturação econômica do município de Rio Negrinho; 3 – Compreender as transformações / mudanças ocorridas no meio rural nas últimas duas décadas; 4 - Analisar o impacto da identidade cultural nas dinâmicas do espaço rural de Rio Negrinho;

Nesta perspectiva, justifico a necessidade de pesquisas voltadas para a área rural brasileira que possam, além de conhecer as diferentes realidades do meio rural, dar conta de atender a essa diversidade através de políticas públicas de incentivo para o desenvolvimento econômico, social, cultural, ambiental e de permanência dessa população, com qualidade de vida, em suas áreas de origens.

A importância na formação de pesquisadores frente à sociedade contemporânea é estratégica e fundamental para a construção de um país justo e equitativo. Esta pesquisa pretende ir além da tarefa acadêmica, ela subsidia a formação de uma pesquisadora comprometida com a sociedade e que visa auxiliar na construção de políticas públicas eficientes para o meio rural brasileiro que permitam, ainda que minimamente, que as diferentes realidades e ruralidades possam receber a devida valorização e desenvolver-se de forma equilibrada.

Construir novos saberes, novas pesquisas, conhecer para planejar o território rural de acordo com sua necessidade são alguns compromissos, enquanto pesquisadora social voltada para o mundo rural.

Como referencial teórico, os principais conceitos norteadores da pesquisa foram campesinato, agricultura familiar, juventude rural, caboclo e identidade cultural.

Faço a abordagem de cada conceito norteador de forma sequencial pois ambas as categorias e problemáticas são temas ligados a área rural e relacionam-se entre si.

A agricultura, desde o início da história da humanidade, vem sendo praticada de diferentes formas e cada qual evoluindo em cada período histórico vivenciado. O que se observa em comum, entre todos os períodos, é que de alguma forma ela sempre teve como sua principal função a produção de alimentos, seja para suprir as necessidades básicas do ser humano ou para fins econômicos.

A primeira forma de agricultura é denominada por alguns autores como campesinato. Autores como Guzmán e Molina (2013) reforçam sua lógica econômica divergente da base capitalista, sendo voltada ao sistema de valores coletivos, valores que podemos pontuar como sendo marcados pela solidariedade e igualdade social.

Autores clássicos como Chayanov (1974) e Mendras (1967) produziram estudos que

buscaram definir o “modelo camponês”, principalmente na sociologia rural. O que se identifica em comum entre os autores é que se admite a exploração agrícola e ambos fazem referência às relações entre família e estrutura produtiva.

Para trabalhar com o tema agricultura familiar no território rural do Planalto Norte Catarinense, precisamos entender, em termos conceituais, que para ser mantido o caráter familiar da produção exige-se a presença de ao menos um membro da família que combine as atividades de administrador da produção com a de trabalhador:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (Abramovay, 1997, p.3).

As unidades familiares brasileiras atualmente atendem aos interesses sociais do país, são produtivas, asseguram uma melhor preservação ambiental e são economicamente viáveis. Além de atender aos interesses das famílias rurais e garantir autonomia social e justa (ainda que minimamente).

Com relação a temática juventude rural, concordamos com Foracchi (1972) e observamos esta categoria para além da definição físico/biológico na medida em que,

[...] não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova da existência social (p. 160).

Contribuindo com nossa pesquisa, que trata da identidade cultural dos agricultores familiares em Rio Negrinho, é sabido que há a presença do caboclo em parte do Território Rural do Planalto Norte Catarinense. Para identificar esse agricultores caboclos, sendo atribuídos aos caboclos, em oposição aos considerados de “origem”, que ainda possuem vestígios dessa categoria cultural em sua forma de produção e reprodução social é que utilizamos o conceito de caboclo. Destaca-se no desenvolvimento desta categoria os trabalhos de Martins (1995); Locks (1998); Poli (2006) e Renk (2011) que trabalharam com a temática.

A identidade cultural se evidencia no sentimento de pertencimento dos agricultores à propriedade, à terra e seus modos de vida. Os indivíduos constroem sua identidade através dos

costumes, crenças e laços com a comunidade em que vivem na relação de parentescos e no cultivo da terra.

Principalmente os agricultores familiares se identificam uns com os outros na forma em como se relacionam entre si – é significativa a valorização pelas relações de parentescos, em como se relacionam com a terra através de seus cultivos e sua preservação nas técnicas de cultivo apreendidas por seus antepassados.

Nas palavras de Lé Bossé:

[...] a construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e se a capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos lugares de memória (2004, p. 168).

Foi estabelecido como universo da pesquisa o município de Rio Negrinho e o recorte do objeto consiste no estudo da Cooperativa dos Produtores Familiares de Rio Negrinho - COOPERINE e seus agricultores cooperados, uma vez que possuem ligação direta com a produção e comercialização de produtos na perspectiva da produção familiar no município.

Inicialmente, a proposta do estudo trouxe como recorte do objeto a análise de assentamentos de reforma agrária que o município possui e o acompanhamento dos trabalhos da Cooperativa Regional de Industrialização e Comercialização Dolcimar Luis Brunetto – COOPERDOTCHI que está vinculada à organização da produção e comercialização de sete assentamentos em Rio Negrinho. Esses assentamento fazem parte do Movimento dos Sem Terra – MST. Porém, devido às dificuldades logísticas, como a falta de veículo e recursos para a realização da pesquisa, à distância de cerca de 100 km da sede do município e até mesmo a dificuldade de comunicação com a própria cooperativa e coordenadores da brigada local (termo utilizado pelo movimento MST para designar a coordenação dos assentamentos), optou-se em realizar a coleta de dados em uma área mais próxima da sede do município para garantir o efetivo acompanhamento dos agricultores e a consistência dos dados.

Para dar conta de responder aos propósitos e objetivos da pesquisa, enquanto pesquisadora social, nossa produção é embasada cientificamente.

O conhecimento é uma importante ferramenta para auxiliar nas decisões mais assertivas junto a diferentes problemáticas apresentadas pela sociedade na contemporaneidade. A ciência tem o papel fundamental de possibilitar estudos e comprovação de certos fenômenos e até mesmo de experimentos com diferentes tecnologias capazes de melhorar a vida humana.

Conforme aponta Minayo:

[...] a ciência é a forma hegemônica de construção da realidade, considerada por muitos críticos como um novo mito, por sua pretensão de único promotor e critério de verdade. No entanto, continuamos a fazer perguntas e a buscar soluções para problemas essenciais, como a pobreza, a miséria, a fome, a violência, a ciência continua sem respostas e sem propostas (2001, p.10).

A ciência nos permite compreender a realidade em um dado momento, através do uso de método de análise. A escolha de métodos adequados/claros em cada campo nos possibilita chegar a resultados mais próximos da realidade.

Nesta pesquisa optei pelo estudo de caso que, de acordo com Becker (1999), tem o duplo propósito de compreender o grupo em estudo (quem são, quais são suas atividades, como se relacionam), ao mesmo tempo em que tenta desenvolver declarações mais teóricas sobre regularidades do processo e estruturas sociais. As questões resultam da teoria que alimenta a pesquisa e do conhecimento empírico da realidade proposta.

Tendo esta pesquisa a proposta de um enfoque qualitativo, não se tem a pretensão de representatividade estatística. Assim, para a análise dos dados foi estabelecido como pré-requisito: ser agricultor (a) familiar, filiado à COOPERINE e morador do município.

Para atingir o objetivo 1: “Analizar como o processo cooperativo flui nesse território, a partir da realidade do município de Rio Negrinho”, foram utilizadas técnicas de pesquisa documental, entrevista semi-estruturada e observação direta, para compreender como ocorre atualmente a cooperação no meio rural e como ocorreu a evolução do processo cooperativo no território rural no Planalto Norte, a partir do estudo no município de Rio Negrinho.

Para atingir o objetivo 2: “Identificar a importância da agricultura familiar na estruturação econômica do município de Rio Negrinho”, foram utilizadas técnicas de entrevista semiestruturada junto aos agentes públicos ligados à agricultura e cooperativa da agricultura familiar, além da utilização da observação participante e material sobre a movimentação econômica municipal.

Com relação ao objetivo 3: “Compreender as transformações / mudanças ocorridas no meio rural nas últimas duas décadas”, foram utilizados estudos e pesquisas anteriores (em nível global e não apenas local) sobre a temática da agricultura familiar e entrevista semiestruturada com agricultores familiares, além da utilização da observação participante, para então discorrer e compreender se houve e quais foram as transformações no nosso universo de pesquisa.

Para atingir o objetivo específico 4: “Analizar o impacto da identidade cultural nas dinâmicas do espaço rural de Rio Negrinho”, foram utilizadas técnicas de observação participante, diário de campo e entrevista semiestruturada com atores estratégicos (Prefeitura Municipal,

Secretaria de Agricultura, Epagri, cooperativa local) e material de pesquisa e estudos já realizados no município.

Tendo a pretensão de representar qualitativamente a realidade rural de Rio Negrinho, a amostra foi composta por 13 entrevistas e visitas de campo. Os entrevistados foram caracterizados como A1 a A13, com a intenção de resguardar a identidade dos respondentes.

A amostra representa 50% dos cooperados que, inicialmente, fundaram a cooperativa.

Na Tabela 1, cada categoria descreve o gênero, idade e a situação que se encontram os entrevistados com a Cooperativa.

Tabela 1: Perfil dos Entrevistados

<i>Titulação</i>	<i>Idade</i>	<i>Gênero</i>	<i>Vínculo com a Cooperativa - Agricultor(a)</i>
A1	45	Feminino	Ativo
A2	40	Feminino	Ativo
A3	48	Feminino	Ativo
A4	31	Feminino	Ativo
A5	35	Feminino	Ativo
A6	46	Feminino	Solicitou afastamento
A7	42	Feminino	Solicitou afastamento
A8	54	Feminino	Solicitou afastamento
A9	74	Masculino	Ativo
A10	36	Masculino	Não é sócio formal
A11	39	Masculino	Não é sócio formal
A12	48	Masculino	Solicitou afastamento
A13	42	Masculino	Solicitou afastamento

A pesquisa utilizou técnicas etnográficas em suas etapas de desenvolvimento, incluindo observação participante, entrevista semiestruturada e outras técnicas de pesquisa que permitiram a aproximação do objeto de pesquisa, tendo em vista que este método abrange a análise de todo o modo de vida, mais precisamente no espaço vivido, bem como possibilita considerar fatores externos ao espaço habitado, mas que, de alguma forma, influenciam o território. Para o registro de conversas informais e observações foram utilizadas anotações no diário de campo. Para Trivinôs (1987), essas técnicas valorizam a presença do pesquisador e dão maior liberdade ao

informante, enriquecendo a investigação.

O trabalho de campo compreendeu a realização de entrevistas e visitas nas propriedades rurais e duraram vinte dias, iniciando em 19 de março e finalizando em 13 de abril do ano de 2018.

As visitas e entrevistas resultaram de contato prévio com os agricultores para o agendamento e o contato foi realizado através de telefone, aplicativo de mensagens (whatsApp) ou contato via cooperativa.

Com o objetivo de aproximação entre a pesquisadora e os entrevistados (as) foi utilizada a entrevista semiestruturada, com perguntas mais ou menos dirigidas e formuladas para levantar informações fundamentais para a pesquisa. Para Goode (1972), a entrevista semiestruturada tem como objetivo obter as visões individuais dos entrevistados sobre determinado tema. Desta forma, com o objetivo de se aproximar do entrevistado, em todo o processo deixei livre para que os informantes relatassem o que lhe fossem pertinentes e para questões que quisessem relatar que tivessem ligação com o meio rural, produção agrícola, a cooperativa da qual fazem parte, suas famílias e para os aspectos que julgassem positivos ou negativos.

Foi utilizada também a técnica da observação participante para compreender o fenômeno estudado. Segundo Neto (2004), a importância desta técnica:

reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (p. 60).

A técnica foi empregada com o objetivo de complementar as entrevistas realizadas e evidenciar de forma mais clara a realidade.

O conteúdo que descreve e relata a pesquisa está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo, “Da roça camponesa à agricultura familiar: o retrato do meio rural contemporâneo”, remonta ao quadro geral do campesinato à agricultura familiar e as principais correntes de autores teóricos temáticos que discorrem sobre o tema. Tem-se em vista nele, situar como ocorreram os diferentes processos e evolução da agricultura em nível mundial e como se configura o contexto brasileiro atual. O segundo capítulo, “A identidade da agricultura familiar em Rio Negrinho”, tem por propósito conhecer a situação atual e a identidade da agricultura familiar em Rio Negrinho. Busca-se fazer uma apreciação com as informações coletadas em trabalho de campo através de entrevistas e observação participante. O terceiro capítulo, “Novas perspectivas e desafios para o meio rural no território do Planalto Norte Catarinense”, vem no sentido de apontar caminhos e ou desafios a serem enfrentados nas próximas décadas no Meio Rural em Rio Negrinho e no Território do Planalto Norte Catarinense.

Agradecer sempre é um ato de amor e bondade que devemos emanar ao universo em sinal de gratidão por todas as nossas realizações pessoais e profissionais. Agradeço a oportunidade de realizar esta pesquisa, de aprender importantes passos para ser cada vez um ser humano mais digno de novas conquista. Agradeço pela oportunidade em frequentar uma Universidade Pública e de qualidade. Agradeço a cada pessoa que colaborou com a pesquisa e na construção do meu intelecto. Cada pessoa que passou, cada sugestão, cada crítica contribuiu para a construção de uma pesquisadora capaz de atuar na busca de uma sociedade mais justa, solidária e equitativa. Não obstante, não poderia deixar de mencionar as dificuldades que todo pesquisador enfrenta. Comigo não poderia ser diferente. Mas resolvi olhar para cada obstáculo e transformá-lo em fortaleza. Finalmente agradeço à minha pequena guerreira Isadora que me acompanhou em todos os momentos, que transformou minha vida e minha pessoa em um momento de turbulências e desafios. Obrigada, filha, por não desistir de lutar com a mamãe, já somos vitoriosas e dignas de novas conquistas que estão a caminho. Obrigada ao parceiro e papai Rafael por não desistir de estar sempre ao nosso lado. Gratidão a minha irmã Heloise por dedicar horas incansáveis nos cuidados da Isadora para que eu pudesse finalizar este trabalho.

CAPÍTULO I

DA ROÇA CAMPONESA À AGRICULTURA FAMILIAR: O RETRATO DO MEIO RURAL CONTEMPORÂNEO

Dentro do objetivo geral de situar como ocorreram os diferentes processos e desenvolvimento da agricultura em nível mundial e como se configura o contexto brasileiro, o presente capítulo tem por objetivo apresentar os diferentes estudos teórico-temáticos sobre as questões do meio rural, através das temáticas campesinato, agricultura familiar, pluriatividade e identidade cultural. Na mesma medida em que abordo a questão de gênero e juventude rural em Rio Negrinho/SC por entender que essas questões são intrínsecas à pesquisa realizada.

O objeto empírico da pesquisa são os agricultores familiares do município de Rio Negrinho/Santa Catarina como uma amostra capaz de retratar a identidade cultural, os modos de vida e de produção na agricultura familiar no Território do Planalto Norte Catarinense em uma perspectiva sócio-antropológica.

O Território rural do Planalto Norte Catarinense é marcado por características oriundas da Guerra do Contestado, cujos resultados remontam a um desenvolvimento econômico precário. Compreender sua dinâmica, caracterizar a realidade é uma das propostas da pesquisa.

Destarte, o capítulo destaca a diferente caracterização e conceitos para campesinato e agricultura familiar para então trazer subsídios que possibilitem caracterizar a identidade dos agricultores presentes em Rio Negrinho e consequentemente, no Planalto Norte Catarinense.

Raízes do Campesinato

À luz desta pesquisa nos deparamos com duas temáticas bastante evidentes no meio rural as quais trazem significados e identidades distintas gerando até mesmo dúvida entre elas, a saber: o campesinato e a agricultura familiar.

O campesinato e a agricultura familiar são campos em disputa. Isso sem levar em consideração que ambos disputam com o avassalador agronegócio brasileiro, mas esse segundo tema não será discutido com intensidade na pesquisa.

Inicialmente, abordo as características de cada uma, apontadas por diversos autores que estudaram e ou estudam as referidas temáticas (ainda que minimamente) e apontam sua evolução no decorrer da história.

Fazendo uma retrospectiva em estudos e textos de autores clássicos marxistas (Marx, Lênin, Kautsky e Engels) fica evidente, segundo Abramovay (1992), a dificuldade em definir o conceito de campesinato. Para este autor, “os clássicos marxistas da questão agrária refletem muito mais as circunstâncias específicas em que viveram do que uma teoria universal a respeito do desenvolvimento do capitalismo no campo” (p. 23).

Neste sentido, os autores citados por Abramovay, em suas abordagens e tentativas de trabalhar com a temática do campesinato, relatam muito mais as lutas políticas de suas épocas do que caracterizam o campesinato enquanto uma categoria social do capitalismo. O que fica claro, e que podemos afirmar a partir de Abramovay (1992), que o camponês “não pode ser senão uma categoria socialmente construída” (p. 49). Uma categoria social construída em seu território, em sua época e em sua comunidade.

O campesinato sempre existiu, sua característica marcante de produção familiar foi relatada por diversos autores clássicos marxistas sendo apresentada sua realidade de acordo com cada época vivenciada.

Prova de sua existência já era elencada por Galeski, citado por Shanin (1973, p. 63 apud Abramovay, 1992, p.108), quando afirma que o campesinato é o mais velho e mais universal modo de produção conhecido na história.

É válido também apresentar as teorias de Lênin e Kautsky, resgatados por Abramovay:

o camponês só pode ser definido pela tragédia de seu destino social: ele será fatalmente extinto pela própria dinâmica da diferenciação entre produtores (Lênin) bem como será incapaz de resistir à concorrência das grandes empresas agrícolas (Kautsky) (1999, p. 23).

É notória a abordagem dos autores mencionados no decorrer do texto, onde afirmam a extinção do campesinato ou sua absorção pelo capitalismo.

Décadas mais tarde, temos dois autores que possuem forte ligação com a questão agrária e que contestam essa teoria até então apresentadas e propõem uma definição de campesinato baseada na própria família e como sua estrutura interna (familiar) influenciam o comportamento econômico (Abramovay, 1999).

Segundo Abramovay, estes autores afirmam que:

[...] a economia camponesa pode ser objeto de um conhecimento racional e positivo. O que procuram demonstrar são leis de funcionamento, expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: o campesinato existe por responder a uma necessidade social (1999, p. 52).

Neste sentido, o campesinato pode ser caracterizado como um sistema econômico com suas próprias leis de funcionamento, reprodução e existência. Compreender isto significa olhar para a contemporaneidade e identificar a presença marcante de camponeses resistindo ao capitalismo e se reinventando para continuar a existir.

Reforçando e negando que os camponeses não são de fato um modo de produção, Shanin (2005, p 11) afirma: [...] não são um modo de produção porque lhes falta a estrutura política-econômica relativamente auto-suficiente, isto é, os sistemas mais significativos de exploração e apropriação do excedente tem sido, de modo geral, externo a eles”.

Para Guzmán e Molina (2013), a negação do campesinato serve de justificativa para facilitar a acumulação do capital, principalmente o modelo dominante de produção agrícola, o agronegócio.

Definem o campesinato como

[...] mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia (p.14).

Pontuam valores em suas práticas que são marcados pela solidariedade e igualdade social.

A agroecologia é apontada pelos autores como uma marca do campesinato, onde os laços com a natureza são fortemente estabelecidos e que o futuro do campesinato está voltado para a produção agroecológica, sua relação com o manejo inteligente do solo, ao trabalho familiar, estabelecendo sua identidade com a terra, a produção do consumo saudável para sua família e a venda de excedentes com a preocupação social de quem vai consumir.

O campesinato está presente nos dias de hoje e vem se modificando pelos diferentes momentos históricos vivenciados no meio rural.

Abramovay com isto concorda:

Não são as características especiais da agricultura que explicam a existência do campesinato, mas, ao contrário, é a existência do campesinato que explicará a maneira como está moldada a estrutura social no campo (1999, p. 65).

Cabe aos pesquisadores reconhecer a existência do campesinato, suas modificações e contribuir para o seu reconhecimento.

Agricultores com traços, características e identidade camponesa acabam se definindo/denominando agricultor familiar por essa falta de valorização e reconhecimento por parte do Estado e também da sociedade (Gaertner; Martins, 2017).

Percebe-se na literatura contemporânea, e até mesmo nas comunidades rurais que manter traços camponeses e resistir a sua real identidade é um grande desafio. Isto ocorre pelo fato de que, atualmente, o agricultor passa a ser reconhecido, valorizado e com direitos (digase direito a crédito, assistência técnica e outros subsídios) desde que ele esteja enquadrado na categoria agricultor familiar.

Sendo definido como camponês, como caboclo e outros, não consegue acessar benefícios ao qual o agricultor familiar tem acesso.

Isto se deve pelo fato de que atualmente há campos de disputa entre o campesinato, a agricultura familiar e o agronegócio (esse com fortes incentivos de políticas públicas) e uma recorrente “negação” da existência do campesinato. Reforço o constante campo em disputa entre essas categorias.

Agricultura Familiar na Contemporaneidade

O mundo rural contemporâneo se modificou e a figura do agricultor familiar está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento rural atual.

A figura típica do camponês, do colono, do pequeno produtor com pouco conhecimento e tecnologia, empobrecido, tão recorrente em décadas e século passado, como citado por diferentes autores, evoluiu e deu lugar a uma nova roupagem, o agricultor familiar. Wanderley (2003) propõe a hipótese de que os agricultores familiares no Brasil, em sua grande maioria, têm uma história camponesa. Não correspondem, portanto, a nenhuma invenção moderna produzida exclusivamente pela ação do Estado. A categoria “agricultura familiar” tem ganhado força a partir da implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, na década de 1990, quando cientistas sociais brasileiros também iniciaram o debate sobre o tema (Veiga, 1991; Abramovay, 1992; Wanderley, 2009).

Cada vez mais se evidencia a agricultura familiar se modernizando, se tornando competitiva resistindo em manter seu caráter familiar e suas tradições. Segundo Jollivet (2001, p. 80), “no agricultor familiar há um camponês adormecido”. Podemos dizer que no

agricultor familiar se encontra o processo de continuidade da agricultura, em uma nova perspectiva, com novos desafios e na ruptura do processo “tradicional” do campesinato e não de seu desaparecimento.

De acordo com Wanderley (2003), “o que concede aos agricultores modernos a condição de atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade – e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, sem história – é precisamente a dupla referência à continuidade e à ruptura” (p. 47).

A proposta teórica de Hugues Lamarche, citado por Wanderley (2003, p. 47/48), é que:

os agricultores familiares são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.

A unidade familiar passa a ser planejada, estruturada para além da produção de subsistência da família. Inicia um processo de produção para além da porteira (pode-se assim dizer), planejando a produção de excedentes para integrar o mercado, com possibilidade de subsídio como financiamento bancário e assistência técnica e tornando-se competitivo e dependente. Além disto, gera trabalho e renda para a família, para outros agricultores que podem trabalhar de forma assalariada ou diária e sem gerar uma relação essencialmente capitalista e ou industrial. Citando Chayanov, Guzmán e Molina (2013, p. 13) afirmam que “o próprio capitalismo permite a coexistência de formas de produção não capitalistas. Prova disso é a agricultura familiar”.

Para Wanderley:

mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (2003, p. 48).

Nesta perspectiva, diferentes autores reforçam a importância da agricultura e os motivos para que ela não tenha se tornado, nem venha a se tornar, pelo menos não em curto prazo, uma indústria capitalista.

É o caso de Abramovay quando afirma que:

operando com base em elementos vivos, a agricultura opõe obstáculos intransponíveis ao avanço da divisão do trabalho e por aí impede que o setor trilhe o rumo de outros segmentos econômicos no mundo contemporâneo. Enquanto depender de sua base biológica, a agricultura jamais será uma indústria (1992, p. 236)

Logo, a agricultura familiar não tende ao seu desaparecimento. O que se pode observar são mecanismos de incentivo por parte do Governo Federal (PRONAF) e Governo Estadual (Projetos como Micro Bacias, SC RURAL e outros, financiados, principalmente, pelo Banco Mundial) quanto à implementação de políticas de apoio e valorização pela permanência e co-financiamento da produção no meio rural brasileiro. Estimulando a produção familiar voltada ao mercado e numa perspectiva de comercialização de excedentes como garantia de resistência, valorização da identidade cultural, permanência no meio rural evitando o êxodo rural tão recorrente em alguns períodos da história.

Certamente que esses programas e projetos apresentam problemas (preocupantes) quanto à operacionalização, público-alvo e custeio, porém não tenho a pretensão de exaurir neste trabalho.

Através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Observamos como ela se estrutura/se apresenta:

Art. 2º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações. / § 1º A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF requer a adesão voluntária dos Estados, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do Programa e à efetivação de suas contrapartidas.

Segue o decreto:

§ 2º As ações do Programa orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes: a) melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda, b) proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente; c) fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais; d) adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno dentro do calendário agrícola e o seu acesso e permanência

no mercado, em condições competitivas; e) atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual e federal pelos agricultores familiares e suas organizações; f) agilizar os processos administrativos, de modo a permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações; g) buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa; h) promover parcerias entre os poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativos e descentralizados; i) estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento, que estejam sendo executadas pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, entre outras.

Estabelece, ainda, os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Define os requisitos para a categoria de agricultor familiar e qualifica os beneficiários para a Lei conforme destacamos abaixo:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômica do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011); IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” / “§ 2º São também beneficiários desta Lei: I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhetos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores; IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.”

O PRONAF surge de uma antiga reivindicação das organizações ligadas aos trabalhadores rurais que, por intermédio de lutas e movimentos clamavam por uma política social e econômica específica para o meio rural. Destacam-se as Jornadas Nacionais de Lutas, organizadas pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Após a Lei de criação do PRONAF, as Jornadas passam a ser conhecidas como “Grito da Terra” e sua principal luta são por demandas de políticas específicas para a agricultura (Mattei, 2005).

Foi com a criação e implantação do PRONAF que os agricultores passaram a ser reconhecidos como categoria social por parte do Estado, sendo que até então eram denominados como produtores de baixa renda ou de subsistência, pequeno produtor ou até mesmo colonos.

O PRONAF resulta da iniciativa de um Programa denominado Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, criado no Governo de Itamar Franco no ano de 1994. O programa apresentou uma série de fragilidades que serviram de alicerce para fortalecer e criar um novo programa, denominado PRONAF, que fosse capaz de responder aos anseios dessa nova categoria social, que até então passava despercebida pelos olhos do Governo, o agricultor familiar.

No mesmo período, foi realizado um estudo entre FAO/INCRA para caracterizar o conceito de agricultura familiar, para que pudesse então dar conta de responder a essa demanda de forma que o novo programa (PRONAF) não viesse a sofrer um novo fracasso como o PROVAP que teve dificuldade em dar conta de caracterizar o seu público-alvo a tantos agricultores familiares.

O estudo dividiu a exploração agrícola em modelo patronal e familiar. Assim, a agricultura de propriedade familiar se caracteriza por estabelecimentos em que a gestão e o trabalho estão intimamente ligados, ou seja, os meios de produção pertencem à família, e o trabalho é exercido por esses mesmos proprietários em uma área relativamente pequena ou média (Marafon, 2006).

Destaque para autores que trabalham na perspectiva do papel do Estado, na regulação e governança de políticas públicas e iniciativas voltadas para a agricultura familiar brasileira: Abramovay (1992); Sallum Junior (2003); Aquino; Schneider (2010); Abramovay e Morello (2010); Schneider (2010) e Grisa (2012).

Neste sentido, aplica-se o conceito de agricultura familiar para dar conta de identificar o público alvo da pesquisa.

Pluriatividade: uma estratégia para a permanência no meio rural?

A necessidade da permanência da população no meio rural com qualidade de vida, a necessidade de agregação de valor, ocupação e renda, são desafios apresentados pela ruralidade brasileira que clama atenção e precisa ser observada. Alternativas começam a surgir e pode-se afirmar que foi pela necessidade de adaptação e de se reinventar no meio

rural que surgiu o que hoje conhecemos como pluriatividade das propriedades (terminologia nova para um fenômeno que sempre existiu).

Estende-se para além da categoria de agricultores considerados “inviáveis” ou “marginalizados” pelo capitalismo, passando a atrair também aqueles que, após terem realizado o modelo modernizador, começam a sofrer os efeitos do seu esgotamento (Carneiro 1988; Wanderley 2003; Mendez, 2012; Schneider, 2003a, 2003b, 1994; Bonnal et al., 2008).

Pode-se afirmar, de uma forma simples, que a pluriatividade é uma alternativa de permanência do agricultor na área rural onde ele se reinventa a cada dia. Para além da produção agrícola, passa a ser identificado também como fornecedor e consumidor de bens materiais e simbólicos (festas, gastronomia) e serviços (ecoturismo, serviços ambientais e outros) se configurando cada vez mais para além da perspectiva agro - alimentar, mas com relações de produção e consumo em dimensões local e global e com o objetivo de garantir renda para sua subsistência, ocupação e assim, criar condições mínimas de justiça social e qualidade de vida no meio rural.

Conforme aponta Schneider (2003), o espaço rural, que durante o fordismo se limitava a cumprir funções produtivas agrícolas e alimentares, ganha novas atribuições tornando-se um lugar onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas e ocupacionais. A pluriatividade é uma resposta da população rural diante do capitalismo, uma reestruturação diante do mercado e não a eliminação da agricultura por famílias com menos potencial.

Revisitando Kautsky, Schneider afirma que a agricultura tenderia a ser subordinada e virar um ramo da indústria capitalista. Para ele, os pequenos agricultores poderiam resistir ao desaparecimento caso viessem a desenvolver formas de trabalho acessório (agrícolas ou não) que possibilitassem sua reprodução social (1999, p. 88).

Contrapondo esta perspectiva temos Chayanov, evocado por Schneider, quando observa que diante da falta de terra para a produção da família tende a sobrar mão de obra e não há garantia de produção para subsistência. Isto obriga os agricultores a buscar outras formas de atividade como garantia de sobrevivência podendo ser denominada agrícola ou não agrícola. Podemos, desta forma, entender essa condição como uma estratégia de reprodução das famílias para manter suas raízes no meio rural e tendo alguma forma de produção agrícola mínima para seu consumo.

É interessante destacar a diferenciação entre agricultura em tempo-parcial e pluriatividade, que durante muito tempo, sob a revisão de diversos autores foi tratada como sinônimos. Para Schneider:

a principal controvérsia refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção de pluriatividade refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família (2003a, 102).

Citando Fuller e Newby, Schneider (2003a) para melhor apreender o fenômeno das diversas formas de ocupação e renda das unidades agrícolas afirma:

o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de agricultura em tempo-parcial (unidades onde os moradores não utilizam todo o seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como as de *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento (p. 102).

Alguns autores discutem a pluriatividade agrária como prestação de serviço agrícola (Schneider 2003a; Boni 2005) destacando a absorção da mão-de-obra de agricultores, principalmente em cooperativas locais, em determinados dias da semana.

O campo de análise no Brasil é recente. Consegue-se destacar resultados de pesquisas com a temática pluriatividade no sentido de caracterizar como ela ocorre no meio rural brasileiro, com os autores Anjos (1995), Carneiro (1996), Neves (1995, 1997) e Schneider (1994, 1999). Destaca-se também o trabalho de Graziano da Silva (1999) com foco no emprego não-agricola. Enquanto no cenário internacional temos autores clássicos que abordaram o tema pluriatividade como Fuller (1984, 1990), Marsden (1990) e Arkleton (1992).

Como uma das categorias para análise do universo da pesquisa destaco a pluriatividade e invoco a definição de Carneiro, onde a mesma afirma que a pluriatividade engloba:

as atividades complementares ou suplementares à produção agrícola exercidas por um ou vários membros de um grupo doméstico não reconhecidas tanto por aqueles que estudam a questão agrária quanto pelos agentes sociais aí implicados (agricultores e técnicos agrícolas) com a noção de pluriatividade (1988, p. 148).

Historicamente o pequeno agricultor, normalmente empobrecido, sempre recorreu ao trabalho assalariado, seja para fazendeiros, seja a trabalhos temporários como uma forma de garantir sua sobrevivência, agregar renda e utilizar seu “espaço” para produzir para sua subsistência e de sua família.

Mesmo quando a propriedade possui uma produção regular, os agricultores tendem a aproveitar os períodos entre safra para se dedicar a outras atividades econômicas denominadas como não-agrícolas ou extrativistas para gerar renda para a sua família.

Observa-se que a prática de outras alternativas de trabalho no meio rural vem também muitas vezes no sentido de conseguir aumentar a renda e reinvestir na própria propriedade

com uma visão econômica em aumentar sua capacidade produtiva e de concorrência no mercado mantendo assim a propriedade e a garantia de uma melhor renda para os membros da família.

A pluriatividade é uma condição de reprodução social de uma determinada classe de agricultores que vem respondendo a uma crise da agricultura moderna e resistindo às falsas teorias sobre seu desaparecimento.

Carneiro, citada por Schneider (2003a, p. 105), delimitando o campo ubíquo para o termo pluriatividade, define: “[...] é um termo de criação recente do vocabulário técnico, do qual o campo acadêmico se apropriou. Assim, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho”.

Desta forma, a importância de pesquisas voltadas para a pluriatividade e seu impacto nas áreas rurais deve ser estimulada e levar em consideração fatores como a diferença histórica, econômica e social das regiões; tamanho das propriedades e também função e composição familiar.

Faz-se necessário também, levar em consideração as particularidades e a identidade cultural dos atores envolvidos para que a realidade vivenciada possa ser analisada e compreendida integralmente.

Identidade Cultural

Para pensar a categoria identidade cultural parte-se dos autores Laraia (2001); Laplantine (2003) e Velho (2004). Eles corroboram o mesmo pensamento de que a cultura está em constante transformação e que o conhecimento de uma sociedade se dá pela sua história. É necessário um mergulho local, se colocar no lugar do outro para que possamos, de fato, transcrever e conhecer uma determinada cultura.

Mais do que dizer o que é a *identidade cultural*, para compreender a complexidade deste fenômeno é necessário interrogar o por quê e como os atores se relacionam, como fazem suas escolhas e como as suas tradições /raízes se manifestam. Partindo deste princípio, indaga-se: por que surge este sentimento de pertencimento? Como as identidades culturais são criadas? A partir de quê são criadas? (Hall, 2000).

A identidade é uma fonte de significado pois o indivíduo se identifica com objetos e com o outro, isto é, eles possuem as mesmas crenças, os mesmos costumes e isto também os diferencia uns dos outros. Sendo assim, o indivíduo se identifica com o outro pela razão de viverem juntos e partilharem das mesmas histórias. E isso também os diferencia entre uma identidade, uma cultura e outra. O conceito de identidade está vinculado à existência de um

indivíduo e também ao reconhecimento mútuo entre eles e à solidariedade interna do grupo (Cardoso de Oliveira, 2000).

No território do Planalto Norte Catarinense é visível as diferenças sociais, culturais e econômicas entre comunidades e regiões gerando um grau adicional de complexidade para as políticas públicas. Ou seja, o desafio é maior no sentido de se considerar a própria diversidade interna do território.

Nesta perspectiva, a pesquisa leva a conhecer e descrever a identidade dos agricultores familiares em Rio Negrinho para além de traços físicos que supostamente podem caracterizá-los como caboclos ou como “de origem”.

O recorte foi estabelecido pela vivência e familiaridade da pesquisadora com o público-alvo e o campo onde mantém raízes. É também pelo comprometimento com os agricultores familiares, que a identidade cultural foi estabelecida como categoria a ser observada.

Sobre a origem cabocla, é encontrado na literatura aspectos sobre a miscigenação como característica presente (Thomé, 1981; Martins, 1995; Machado, 2004; Lemos 2006; Brandt, 2014), mas afirma-se o contexto social como elemento determinante (Martins, 1995; Locks, 1998; Poli, 2006; Renk, 2011, entre outros).

Na tentativa de identificar e caracterizar a presença de caboclos em áreas rurais de Santa Catarina toma-se como universo empírico, a ser abordado pela pesquisa, o caboclo como uma categoria sociológica, objeto desta análise e a identidade cultural como sua manifestação.

A proposta vem no sentido de que é sabido que a região enfocada na pesquisa foi palco da Guerra do Contestado.

Denominada como região contestada, o embate envolveu com maior intensidade os municípios que compreendem em Santa Catarina: Canoinhas, Mafra, Caçador, Fraiburgo, Videira, Curitibanos, Campos Novos, Irani, Matos Costa, Três Barras, Lebon Regis, São Cristóvão do Sul, Timbó Grande, no Paraná os municípios de: Palmas, União da Vitória e General Carneiro. Rio Negrinho teve uma pequena participação pois faz divisa com o município de Mafra/SC e Rio Negro/PR. O conflito resultou em uma série de massacres e desconfianças entre a população que ali habitava o que ocasionou o desaparecimento (ou não) de caboclos. Determinados autores que já foram citados, afirmam que os caboclos resistem até hoje, mesmo depois do massacre ocasionado pela guerra e até mesmo após a colonização e ou ocupação por outras culturas em regiões do Brasil e nesse caso no Planalto Norte de

Santa Catarina, porém, essa resistência é percebida e encontrada principalmente em regiões mais isoladas e especialmente encontradas nas áreas rurais.

É apontado por Poli, 2006 que as populações caboclas foram responsáveis pela ocupação das terras tomadas aos indígenas e também contribuíram para o desenvolvimento da região. Após a guerra, no entanto os caboclos, acabaram sendo forçados a habitar em áreas menos povoadas por medo e opressão.

Poli (2006) afirma que parte dos caboclos do oeste podem ser encontrados em assentamentos rurais, sendo esse isolamento um dos possíveis resultados da guerra.

Para Martins (1995, p. 47), muitas famílias podem ter migrado de uma zona para outra e ter participado diretamente dos combates. Os sobreviventes do conflito, “após sobreviverem à fome e às outras formas de extermínio – tratavam de migrar para bem longe da região, o mais longe possível”. Foi uma luta pela sobrevivência e muitas famílias da população denominada “cabocla” trataram de viver em regiões isoladas e com medo de novos conflitos, conforme apontado pelos autores citados acima e também por Auras (1995); Machado (2004); Queiroz (2009) e Renk (2011).

Locks (1998) desenvolve um modelo segundo o qual, a população cabocla, tendo sobrevivido à guerra, persiste até o momento submetendo-se a sucessivos processos de adaptação.

Sobre Rio Negrinho, Kormann (1980) retrata a história e realiza um resgate dos principais acontecimentos no município, além de valorizar a cultura local. Já Oliveira (2001) faz uma retrospectiva histórica abordando a colonização local e as principais bases do desenvolvimento econômico. Ambos os estudos não abordam de maneira direta a questão do caboclo como um dos pioneiros no desenvolvimento da região.

Juventude Rural e a Sucessão Familiar

A partir dos anos 1980 no Brasil, diversos autores começam a identificar a juventude rural como uma categoria social (Groppi, 2000 e Weisheimer, 2005). Em Santa Catarina, estudos foram realizados por Stropassolas (2006) e Brumer (2007) que identificaram diversas particularidades com relação aos jovens do campo.

Apresento na sequência, discussão de autores contemporâneos que com esforço definem o que vem a ser a categoria juventude. Novaes (2006) contempla a categoria, com uma discussão acerca do que é juventude e quem são os jovens atuais. Aponta que juventude

é um conceito construído historicamente e que varia de acordo com o espaço e com a cultura ao quais os jovens estão inseridos.

Para Pais (1990) são as fases da vida dos jovens onde os problemas são sentidos, apercebidos e reconhecidos que possibilitam a construção social da categoria juventude.

Diferentes vertentes são trabalhadas para discutir a juventude, principalmente a categoria onde essa geração é definida por termos etários. Afirmam ser encontrada em determinadas fases da vida características comuns entre os “jovens”. Tais seriam experiências comuns como o primeiro emprego, escolha de uma profissão e projetos futuros onde iniciam os primeiros ensaios de responsabilidade para então atingir a vida adulta.

Nas palavras de Pais (1990), a sociologia aponta para a possibilidade de classificar a juventude por: 1) termos etários ou 2) conjunto social diversificado onde as diferenças podem ser percebidas pelas diferentes classes aos quais pertencem.

Por uma cultura juvenil, em sentido lato, pode-se entender o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais (Pais, 1990, p.163).

Afirma, sociologicamente, que para compreender e definir a categoria juventude é necessário entender e conhecer a realidade à qual os jovens estão inseridos, pois essas variações se modificam de território para território, porque os fatores sociais, culturais e econômicos é que vão determinar quem são os jovens de certas localidades. A isto ele chama de “desconstrução” de um conceito, para dar ênfase na representação socialmente construída.

Segundo Pais, a juventude aparece socialmente dividida em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações (1990, p.149).

Para Novaes, a denominação juventude pode ser apresentada por diferentes ângulos: o corte por idade; corte por escola/trabalho; corte por gênero e raça; corte pelo endereço. Quaisquer que sejam os cortes atribuídos por diferentes pesquisadores, há que se considerar um fator em comum: “[...] jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais” (p. 105). Ou seja, as desigualdades e condições sociais determinam quem são os jovens contemporâneos.

Para compreender a juventude rural, e sabendo que a desigualdade mais evidente remete à classe social, utilizo neste momento o recorte escola/trabalho. Percebe-se que quanto melhores as condições financeiras dos pais, maior o tempo de permanência dos filhos na escola. Quanto piores as condições financeiras, maior a vulnerabilidade da família e mais cedo os filhos têm que ir para o trabalho, ocorrendo uma maior evasão escolar devido à

necessidade de ajudar aos pais na geração de renda familiar.

Corrobora com as colocações da autora quando o recorte se dá pela escola/trabalho.

Destarte, a juventude rural é caracterizada por uma evasão maior da escola, principalmente quando a família não tem boas condições financeiras. Também é onde se identifica o estímulo dos pais para que os filhos migrem para os centros urbanos em busca de uma vida diferente das que os pais tiveram, uma vida de “oportunidades” e “acesso”.

No relato em campo, os pais afirmam que incentivam os filhos a estudar, pois eles não tiveram a oportunidade. Afirmam que o estudo pode “garantir” uma vida melhor e diferente da que se leva na roça.

É possível identificar que famílias rurais com mais posses e melhores condições de vida também apóiam os filhos a migrarem para os centros urbanos em busca de uma dedicação exclusiva aos estudos e com a intenção de uma profissionalização, o que nem sempre garante o retorno à propriedade. Por isto, é pertinente destacar que a sucessão familiar está cada vez mais ameaçada diante dos quadros apresentados.

Estudos como Woortmann (1994), apresenta que cada vez mais nota-se mudanças no comportamento dos jovens para uma sucessão familiar. Identificando que a juventude tem valorizado cada vez menos o modo de vida rural, o que acaba sendo um ônus para que a sucessão ocorra.

Outro dado que merece destaque é a masculinização que tem dominado o campo. As meninas são as que menos permanecem no campo porque é de praxe a “herança” da terra ser do filho homem e do filho mais velho, então as meninas acabam crescendo sabendo que o futuro delas será garantir uma qualificação profissional e deixar o campo em busca de uma vida mais digna e constituir família na cidade (Paulilo, 2003 e Aguiar; Stropasolas, 2010).

Nas palavras de Brumer:

Os homens predominam na gestão das atividades produtivas quando a agricultura assume um caráter comercial e os filhos varões são preferidos na sucessão do patrimônio familiar. Resulta disso a falta de preparação (ou de socialização) dos filhos do sexo feminino para a atividade agrícola e seu demonstrado interesse em continuar os estudos com vistas a uma profissionalização direcionada a atividades não agrícolas (2014, p. 232).

Como resultado, verifica-se o problema para a continuação da sucessão familiar, pois os garotos ou têm que procurar uma esposa na cidade (que pode ser um desafio), ou acabam por seguir a vida ao lado dos pais até que eles venham a falecer, o que revela um envelhecimento do campo e uma baixa reprodução e renovação do meio rural.

A questão da desigualdade de gênero no meio rural

No meio rural, existem particularidades relacionadas às mulheres. O seu papel, as suas funções e sua forma de integrar e interagir na sociedade rural diverge entre as sociedades quando a temática passa a observar o gênero.

Autores como Scott (1989), Barbieri (1993), Lengermann & Niebrugge-Brantley (1993), Fraser (1995) e Miguel (1995) trabalham teorias feministas, suas particularidades, onde é possível identificar esta temática bem atual, avançando em alguns aspectos e permanecendo estático em outros.

A construção das relações sociais de gênero e geração na área rural é uma temática abordada por autores como Welter (1997), Brumer (2007) e Paulilo (2003, 2016).

As desigualdades de gênero, tanto no meio urbano quanto no meio rural, são produzidas e reproduzidas principalmente dentro da família pelos valores patriarcais os quais vêm sendo replicados há séculos e refletem em toda a sociedade designando papéis para homem e papéis para mulheres.

Na atualidade, a mulher tem buscado seu reconhecimento na sociedade. Este reconhecimento se dá pelo respeito e igualdade profissional, respeito e igualdade como ser humano e respeito e igualdade para os trabalhos até então considerados de “mulher” (como cozinhar, limpar a casa, lavar a roupa e cuidar dos filhos).

A luta feminina pelo seu reconhecimento é recente (Paulilo, 2016). Evidenciamos até mesmo no meio urbano discriminação com relação às condições de igualdade entre homens e mulheres. Poucas mulheres ocupam cargos de chefia em uma empresa ou instituição (por exemplo) e, quando ocupam, seus salários são menores que os de homens que ocupam o mesmo cargo.

Reconhecer a presença da mulher no meio rural em Rio Negrinho, sua importância e sua participação na propriedade tanto como mantenedora do lar ou e também com função produtiva economicamente foi observado como pano de fundo desta pesquisa.

CAPITULO II

A IDENTIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR EM RIO NEGRINHO

O presente capítulo tem como objetivo situar o leitor na área de estudo, demonstrando características gerais do município de Rio Negrinho e os caminhos percorridos descrevendo a realidade evidenciada.

Iniciando com uma apresentação geral sobre as características do município de Rio Negrinho, descrevo com base nas perguntas norteadoras elencadas no início do estudo as principais características e realidades encontradas.

O capítulo pretende demonstrar de maneira empírica, pautado na realidade vivenciada pelos agricultores locais, como se caracteriza a identidade cultural dos agricultores familiares no Território do Planalto Norte Catarinense, a partir de estudo de caso com agricultores familiares de Rio Negrinho.

Rio Negrinho: características do município

O município de Rio Negrinho compreende o Território do Planalto Norte e, segundo dados do censo 2010, possui 39.846 habitantes (36.348 urbanos e 3.498 rurais) em uma extensão territorial de 907, 311 Km², o que resulta em uma densidade demográfica de 43,92 hab/Km².

Observa-se que 8,78% da população do município reside na área rural e utilizam a terra como meio de produção, subsistência e geração de renda. Identifica-se a existência de uma feira municipal para comercialização dos produtos da agricultura familiar que se realiza todos os sábados pela manhã no centro do município, em um espaço próximo à Prefeitura Municipal, além da venda via cooperativas locais que operam atualmente com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e venda direta ao consumidor, ambas as ações estão em atividade/operacionalização.

Figura 1: localização do município de Rio Negrinho



Mapa: Laboratório de Geoprocessamento - GEOLAB / UDESC, 2017.

A tabela 2 apresenta um panorama da distribuição populacional do município, identificando a área rural e a área agrícola, segundo censo IBGE dos anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 2: População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Município - Rio Negrinho – SC

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	31.019	100,00	37.707	100,00	39.846	100,00
População residente masculina	15.600	50,29	19.043	50,50	19.977	50,14
População residente feminina	15.419	49,71	18.664	49,50	19.869	49,86
População urbana	24.778	79,88	32.650	86,59	36.348	91,22
População rural	6.241	20,12	5.057	13,41	3.498	8,78

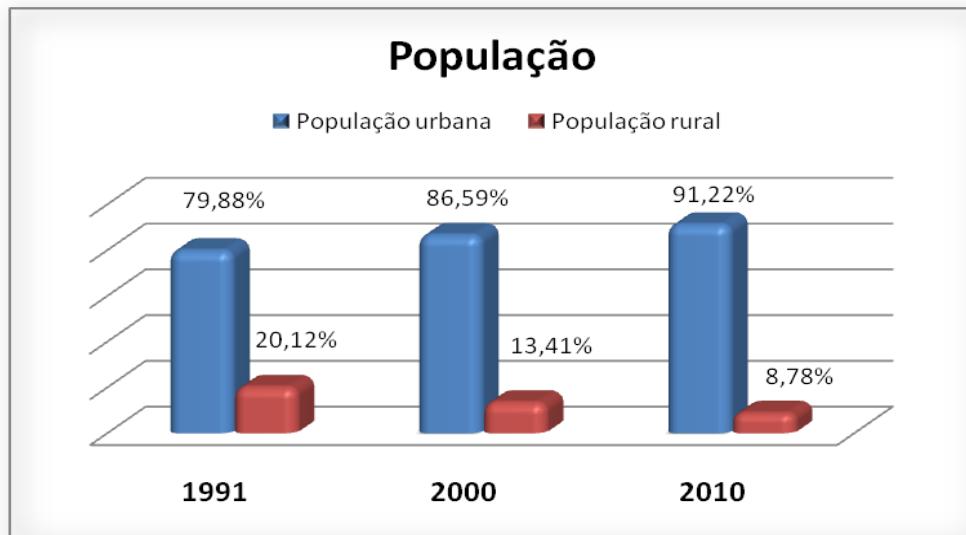
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013 (Portal: <http://atlasbrasil.org.br/2013/>. Acesso em 03/04/2019)

Pode-se observar, ao longo do período considerado, um esvaziamento no meio rural do município de Rio Negrinho. Embora as atividades agrícolas tenham sido consideradas significativas para a participação na economia do município, nas últimas décadas houve um esvaziamento que chama a atenção. Hipóteses que merecem ser levadas em consideração são para o sentido de identificar se esse esvaziamento pode estar sendo ocasionados: 1 - pela falta de incentivos para os jovens em permanecerem nas propriedades; 2 - pela dificuldade das famílias em manterem suas produções frente à crise econômica que o país vem atravessando; 3 – dificuldade no acesso a políticas públicas voltadas ao agricultor familiar; muitos dos incentivos beneficiam com maior volume de recursos o agronegócio e diversas são as exigências ao produtor para acessar as políticas e caracterizando o sistema como excludente.

Para essa última hipótese, tenho relatos da Secretaria de Agricultura (secretário e técnico), onde os mesmos afirmam que há sim dificuldades em conseguir financiamento via PRONAF, principalmente para os agricultores que não possuem garantias para oferecer aos bancos. O que ocasiona muitas vezes, a sua emigração do campo para a cidade em busca de um emprego, porém devido à baixa escolaridade e mão-de-obra pouco qualificada acaba por ocupar condições subalternas de trabalho e moradia, tendo necessidade de receber benefícios, como o bolsa família, por exemplo.

O Gráfico abaixo comprova as constantes migrações do campo para a área urbana nas últimas duas décadas.

Gráfico 1: População rural e urbana em Rio Negrinho



É possível identificar considerável diminuição da população rural entre os anos de 1991 e 2010, onde há uma queda na população vivendo no meio rural de mais de 10% entre esses anos. Essa realidade acaba por impactar diretamente na vida das pessoas que migram para centros urbanos e muitas vezes acabam ficando dependente de políticas públicas como mencionei anteriormente. Atualmente, as políticas educacionais possibilitam o acesso a educação a todas as crianças e jovens com garantia mínima de que possam se qualificar de forma igualitária e com a mesma qualidade.

História do Município

Para retratar a história do município, optei em descrevê-la pelos olhares de historiadores já conhecidos e com livros publicados, conforme destaco no capítulo I, mas senti a necessidade de conhecer melhor a história do município através de um jovem historiador apaixonado pelo município, Rodrigo Moreira Tomaz. Como resultado dessa entrevista relato como ocorreu o processo histórico e de fundação do município de Rio Negrinho sob o olhar do jovem historiador. A entrevista ocorreu nos dias 30 e 31 de março na casa do próprio historiador.

Rodrigo relata que a ocupação demográfica do espaço que hoje compreende o

município de Rio Negrinho teve início há séculos atrás com a presença marcante do indígena. Há diversos indícios da existência desse povo na região através de vestígios arqueológicos encontrados no interior do município, como ferramentas de corte, armas e, principalmente, ossadas humanas. Além disto, há uma infinidade de relatos dos habitantes posteriores sobre contatos visuais que podem ser observados em documentos históricos, livros e jornais de época.

Com a expansão da economia da Vila de Curitiba (cerca de 100 km de distância do município) através da exportação da erva-mate, Rodrigo afirma que nesse momento iniciou um grande movimento de extração de matéria prima que se desenvolvia naturalmente na Floresta das Araucárias, principalmente na região do vale do rio Negro. Logo, observando a grande quantidade desse produto na região ainda desocupada, iniciou-se o trabalho de extração de erva mate.

No ano de 1853 foi criada a Província do Paraná, desmembrando-se da Província de São Paulo. A partir desse marco inicia-se um embate geopolítico entre Paraná e Santa Catarina devido à ausência de uma definição clara quanto às divisas entre as duas províncias.

Rodrigo relata que sob seu ponto de vista e de suas pesquisas, esse evento, que durou aproximadamente 64 anos, foi fundamental para o início da colonização na região. Os catarinenses, representados pelos imigrantes da Colônia Dona Francisca, criada em 1851, passaram a se interessar pelo comércio de erva mate e, por consequência, nos ervais da região. Por outro lado, os paranaenses, representados pelos grandes ervateiros de Curitiba, São José dos Pinhais e Rio Negro, percebendo uma possível concorrência catarinense, passaram a buscar mecanismos para resguardar os vastos ervais que já estavam usufruindo. Neste sentido, seria necessária por ambas as partes a ocupação efetiva do local.

Foi então que, no dia 26 de maio de 1856, o Brigadeiro Manoel de Oliveira Franco, deputado da primeira legislatura da Província do Paraná, Juiz de Paz, empreiteiro e possuidor de um moinho de beneficiamento de erva mate, realizou definitivamente o registro de uma enorme área de terras na região contestada, cujo domínio representa, em sua totalidade, o município de Rio Negrinho atualmente.

Mais tarde, paranaenses e catarinenses travam um novo impasse com o Governo Imperial: a Estrada Dona Francisca. Com o ponto de partida já definido (Colônia Dona Francisca), a discussão entraria no mérito do ponto final da estrada, onde os paranaenses,

buscando proteger os ervais, insistiam na hipótese da estrada terminar em Curitiba, desviando a região do planalto, enquanto os catarinenses defendiam a ideia da estrada ligar a Colônia Dona Francisca com a Vila de Rio Negro, subindo a serra do mar e cortando toda a região dos ervais. Por determinação do Governo Imperial os catarinenses venceram e, com a construção da estrada, tornou-se possível explorar e fazer o escoamento de erva mate para a Colônia, além de introduzir elementos da Província de Santa Catarina na região litigiosa.

Portanto, dezessete anos depois da consolidação da posse do Brigadeiro Franco e demais paranaenses, que no decorrer desse tempo também legitimaram posses de terra na região como pertencentes à Província do Paraná, iniciou-se a formação da Colônia Agrícola de São Bento.

Logo a região, que há poucas décadas era habitada apenas por índios, passou a sofrer um grande movimento de ocupação demográfica, seja com paranaenses ou com os imigrantes conduzidos à nova colônia que, em sua maioria, eram pertencentes a culturas europeias (austríacos, suíços, bohemios, bávaros) e também representados por povos eslavos, principalmente com a presença de poloneses.

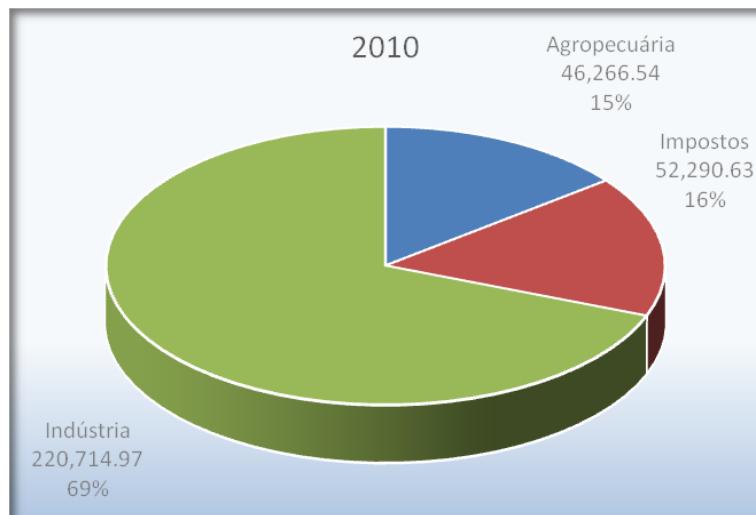
Além do potencial da erva-mate, que alavancou a ocupação da região, havia abundância e potencial para o setor madeireiro, o qual já estava sendo visado por esses imigrantes. Plantações extensas de feijão, trigo e milho foram também características marcantes presentes na época de sua colonização.

Assim, inicia a colonização, emancipação, economia, cultura e as particularidades do município de Rio Negrinho.

Economia e transformações ao longo de sua emancipação política

Ao verificar as principais receitas e o movimento econômico atual no município percebe-se que se divide em receitas oriundas de impostos, agropecuária, serviços e indústria, de acordo com os parâmetros do IBGE. O montante com maior relevância e retorno financeiros é oriundo dos serviços, como pode ser observado pelo gráfico 3 que é apresentado na sequencia.

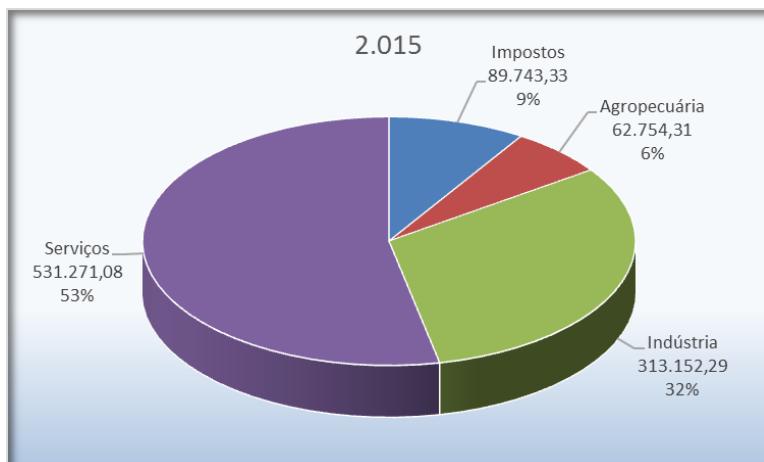
Gráfico 2: Composição PIB municipal 2010



Adaptado de AMUNESC, 2010 (Portal: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2019>. Acesso em 03/04/2019)

Na tabela acima, é possível identificar a participação do setor agropecuária, com 15% para o ano de 2010. Impostos 16% e, tendo a maior contribuição, a indústria com 69%.

Gráfico 3: Composição PIB municipal 2015



Adaptado de AMUNESC, 2015 (Portal: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2019>. Acesso em 03/04/2019)

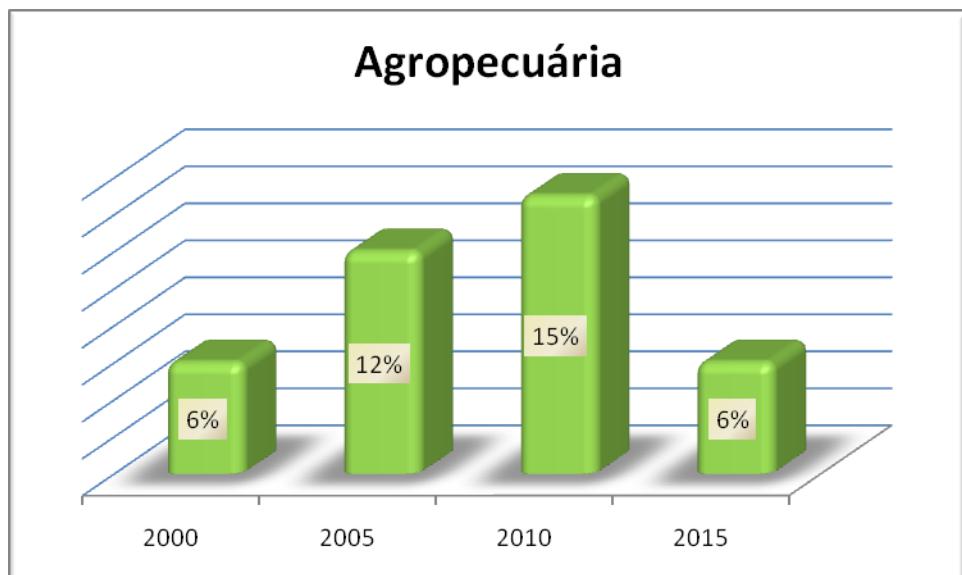
Identifica-se entre o período compreendido de 2010 a 2015, queda da receita agropecuária, que pode ter sido decorrente de situações relacionadas ao clima, diminuição da produção por parte dos agricultores devido aos preços ou alguma outra situação que não foi

possível identificar até o presente momento, conforme tabela 2 que demonstra essa diminuição em torno de 9% com relação ao ano de 2010.

Ainda, como outra possibilidade, podemos questionar se a metodologia dos parâmetros de composição do PIB realizado pelo IBGE compreendeu no período a mesma metodologia de cálculos. Sendo que no ano de 2010 eram divididos em Indústria, Agropecuária e Impostos e no ano de 2015, além das citadas, foi incorporado o setor de Serviços.

Nas últimas décadas, para o setor agrícola, observamos a evolução através do gráfico 3, sendo a contribuição do PIB agropecuário para o município de Rio Negrinho na seguinte proporção:

Gráfico 4: Contribuição do PIB agropecuário.



Adaptado de AMUNESC, 2015 (Portal: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2019>). Acesso em 03/04/2019)

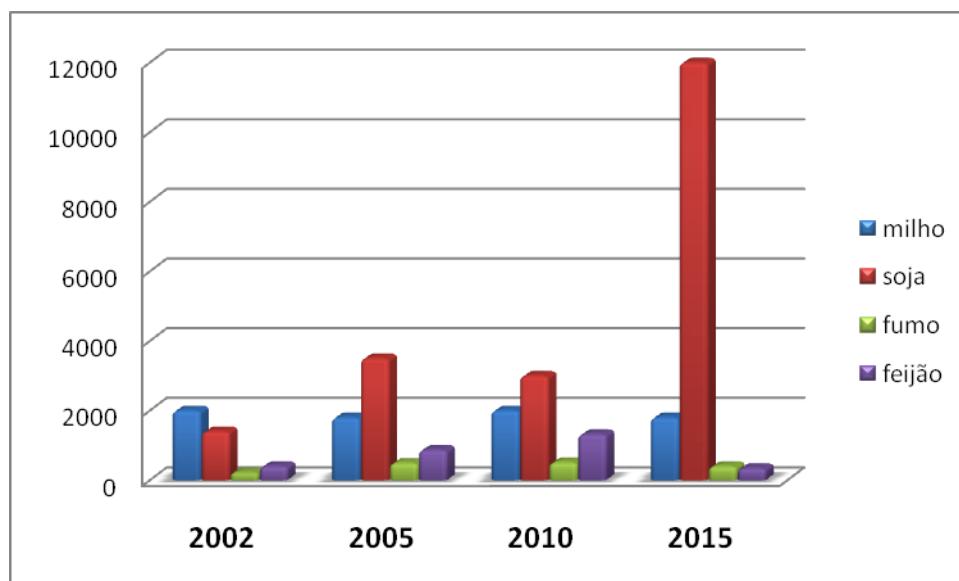
Pode-se concluir que, nas últimas duas décadas, a contar do ano de 2000 até o ano de 2015, o PIB agropecuário oscilou entre 6 e 15%. Mesmo tendo sido considerado significativo para a composição do PIB municipal, identifica-se que, provavelmente, não houve esforços seja no sentido de políticas públicas municipais voltadas para a valorização e incentivo a produção familiar no meio rural ou as iniciativas e incentivos foram para a valorização ao agronegócio.

Outra informação a considerar e que deve ser minuciosamente destacada é para o

aumento significativo do PIB, entre 2000 a 2010 de 150% em um momento que pode ser observar no gráfico 1, a diminuição de 35% da população rural para o ano de 2015.

Aponta assim, vasta mecanização no campo a partir do ano de 2005, tendenciando para uma valorização e incentivo ao agronegócio para o município. E ao analisar as produções utilizadas para compor o PIB agropecuário observa-se que a maior parcela (arrecadação para o município) advém das produções de grãos, o que pode ser considerado produção de agricultores de grande porte ou latifundiários.

Gráfico 5: Principais culturas produzidas no município de Rio Negrinho e seu comportamento na última década



Adaptado de AMUNESC, 2015 (Portal: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2019>). Acesso em 03/04/2019)

É possível observar um verdadeiro “boom” na produção de soja no município. O milho manteve sua média anual de produção e o fumo e feijão, que eram fortes historicamente, vem perdendo sua força.

Destaca-se que o valor da pequena produção é pouco considerável na composição do PIB municipal frente às grandes produções de soja e milho do município. Apesar disto, ao entrevistar técnicos municipais, tanto da EPAGRI quanto da Secretaria de Agricultura e governante local (vice-prefeito e secretário de agricultura), ambos afirmam que é significativa a arrecadação/movimento econômico advindo da agricultura.

A chegada ao campo

A proposta inicial para esta pesquisa era realizar o trabalho de campo junto aos assentamentos rurais ligados ao MST em Rio Negrinho/SC. No entanto, devido às dificuldades encontradas, relativas ao deslocamento, acesso pelas estradas interioranas e distância entre a sede do município e a localização dos assentamentos, optei em realizar o trabalho junto à Cooperativa dos Produtores Familiares de Rio Negrinho – COOPERINE, uma das cooperativas atuantes e com período de funcionamento relativamente maduro para a análise proposta.

A sugestão de trabalhar com a COOPERINE surge de uma conversa realizada no início do ano de 2018 com o vice-prefeito municipal, que também tem a atribuição de secretário de agricultura. Engenheiro agrônomo de profissão, ele relatou a importância do trabalho desenvolvido pelos agricultores vinculados a essa cooperativa, a maturidade no processo cooperativo (existência de cerca de dez anos da cooperativa) e também a estrutura existente que foi construída em parceria realizada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e o Município de Rio Negrinho, recursos esses alocados em parceria e subsidiado pelo Programa Território da Cidadania e tendo então esse espaço disponível para o armazenamento e beneficiamento de hortifrutigranjeiros da cooperativa.

Coletei informações sobre a localização da cooperativa, nome da presidente e pessoas que poderiam auxiliar com o trabalho de campo. Nessa oportunidade, realizei a entrevista com o vice-prefeito, da qual faço o relato.

Durante o mês de fevereiro, fiz duas tentativas de visita à COOPERINE, mas provavelmente pelo fato dessas visitas terem sido realizadas no final de semana não consegui encontrar ninguém nas dependências e o telefone da presidente sempre era encaminhado para a caixa postal.

No mês de março, retornei ao campo, após algumas leituras e complementações com estudos temáticos e autores que pudessem auxiliar na compreensão do tema e pude ir com mais segurança ao campo e tendo a preocupação de realizar agendamentos previamente com o intuito de evitar deslocamentos desnecessários e tempo perdido até as propriedades, no caso dos proprietários não serem encontrados.

A primeira agenda foi com o técnico da EPAGRI e com o técnico da Secretaria de Agricultura, no dia 20 (vinte) de março de 2018, com o compromisso de chegar às 07h30min para que pudéssemos conversar antes da saída dos mesmos para o campo.

No período da tarde realizei a primeira visita na sede da COOPERINE e, ao chegar ao

local, fui recepcionada por dois senhores que prestam serviços diários para a cooperativa e auxiliam na entrega das mercadorias nas escolas e também na limpeza e organização da estrutura. Em seguida, conversei com a secretária e auxiliar administrativa da cooperativa que me informou sobre os dias e horários de funcionamento, sendo de segunda a sexta das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min e que no domingo inicia o recebimento dos produtos por parte dos agricultores, sendo até terça ao meio dia o prazo para entrega dos produtos na cooperativa para então seguirem os destinos/entregas. A secretária contatou a Presidente por telefone (whatsApp) e agendou uma visita para eu ir até a propriedade dela conhecer seu trabalho como agricultora e realizar a entrevista como presidente da cooperativa. Assim iniciou a segunda etapa da coleta de dados em campo, por intermédio de entrevistas, visitas e vivência nas propriedades para o conhecimento das rotinas das famílias em suas propriedades.

A primeira etapa foi de levantamento de documentos na Prefeitura Municipal, no portal da AMUNESC (que fica localizada em Joinville o que não possibilitou visita *in loco*), Museu Municipal, Biblioteca Pública e entrevista com historiador para identificar o contexto histórico do município e realizar levantamentos de registros históricos.

A visão institucional sobre a Agricultura Familiar em Rio Negrinho

Em 23 de janeiro de 2018, realizei a entrevista com o secretário de agricultura, Roberto Albuquerque, que me possibilitou conhecer, ainda que minimamente, a realidade rural do município na visão institucional e política da secretaria de agricultura.

No dia em que fui recebida pelo secretário de agricultura, ele estava atuando como prefeito em exercício e então tive a oportunidade de conversar com ele acerca de como a agricultura vem se desenvolvendo no município de Rio Negrinho com uma visão mais ampla.

Relatou que atualmente são duas cooperativas que atuam no município, a COOPERDOTCHI e a COOPERINE. As duas fornecem parte de sua produção para a merenda escolar, feira municipal e venda a particulares. Afirma que a agricultura tem um valor significativo para o PIB do município mas não sabia em número quanto isso significa pois teria que verificar os últimos relatórios que estão na secretaria de agricultura para precisar ao certo os números. Sugeriu que eu mesma pudesse fazer esse levantamento/pesquisa junto a AMUNESC, pois eles fazem o acompanhamento econômico dos municípios do Planalto Norte, incluindo Rio Negrinho.

Destacou que a COOPERINE está estudando a viabilidade em apresentar ao mercado local, novas formas de comercializar sua produção de frutas e verduras excedentes e ou com aparência pouco atrativa.

Esses produtos deverão ser apresentados em embalagem a vácuo, picados para consumo de forma imediata. Isto representaria para a cooperativa uma redução total do desperdício. A estrutura da cooperativa possui o maquinário e permite a sua produção ali podendo ser facilmente produzidos e comercializados até diariamente se necessário.

Um dado importante que Roberto Albuquerque destacou é que o município deixa de arrecadar de forma significativa na área agrícola, pois há uma carência para a estocagem e processamento de grãos (silos). Atualmente, tudo o que é produzido é encaminhado para o município de Mafra onde fica o bônus da arrecadação. Um importante gargalo seria o município se organizar e conseguir construir uma estrutura que pudesse atender a essa demanda tendo em vista o grande número de hectares de produção de grãos (soja, trigo e milho).

Relata que o município está se estruturando e apoiando ações para desenvolver o turismo rural, algumas propriedades rurais já estão atendendo turistas e visitantes com café colonial. Destacou ainda a existência dos assentamentos no interior do município e que parte dos assentados estão ligados à COOPERTOTCHI onde a produção é para o consumo próprio e parte (quando há excedentes) é entregue na cooperativa que faz a entrega de parte dos produtos para a merenda escolar. Há dificuldade em assistência técnica nas propriedades rurais porque o município dispõe de apenas um engenheiro agrônomo ligado à secretaria de agricultura e um engenheiro agrônomo na Epagri. Ambos, além da atribuição de assistência técnica têm outras demandas a serem cumpridas o que dificulta um acompanhamento efetivo e mais próximo do agricultor.

Efetivando as agendas em campo, no mês de março de 2018, após agendamento e organização de reuniões, cheguei na secretaria de agricultura do município para a entrevista com o técnico da EPAGRI. Na sequência me apresentei, falei da pesquisa que estava realizando e dos seus objetivos e solicitei que o mesmo pudesse me responder e ou relatar algumas características dos agricultores de Rio Negrinho.

O técnico me informou que está a cerca de um ano e meio em Rio Negrinho e por isto não tem informações de longo prazo de como a agricultura vem evoluindo. Possui informações recentes e sobre o trabalho que desenvolve junto às famílias agricultoras, mas

não tem subsídios suficientes em afirmar algo que tenha decorrido historicamente e que traga reflexos até os dias de hoje.

Basicamente o trabalho da EPAGRI junto aos agricultores se concentra em três dias de escritório, onde são realizadas renovação de DAP; auxílio em PRONAF e atividades internas relativas à EPAGRI, e dois dias são focados em trabalhos externos de assistência técnica e extensão rural para agricultores. Pelo fato do técnico ser sozinho no escritório e ter uma demanda grande de trabalho, ele fica muito limitado a realizar acompanhamento direto às cooperativas do município.

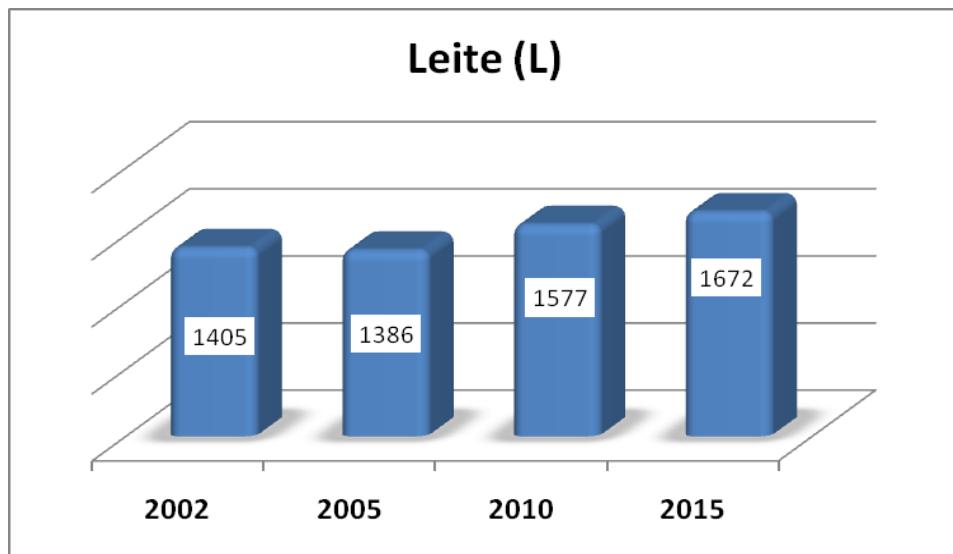
Ele relata conhecer a existência e a importância das duas cooperativas, sendo a COOPERINE, alvo desta pesquisa e também a COOPERDOTCHI, ligadas aos assentamentos rurais no interior do município, mas que ele não realiza nenhum suporte e nenhuma assistência direta a eles até mesmo pela falta de disponibilidade de tempo. Indiretamente atende agricultores que são ligados a essas cooperativas mas não é um critério a ser levado em conta nos atendimentos.

O técnico lamenta o fato de não conseguir realizar um trabalho mais efetivo e próximo das cooperativas, pois entende que o município possui potencial e deve ser estimulado a realizar trabalhos via cooperativa e ou associação.

Relata que o município vem se organizando, sob a coordenação da EPAGRI e parceiros de um programa denominado Planorte Leite, que é desenvolvido no Território do Planalto Norte e tem como foco organizar a bacia leiteira nos municípios com o objetivo de agregar valor e, futuramente, em conjunto via consórcio (essa é a intenção), construir uma estrutura que seja capaz de dar conta de receber, tratar e comercializar o leite produzido nesse território.

Hoje, praticamente tudo o que é produzido é entregue para empresas lácteas que processam e agregam valor ao seu produto e o fornecedor, neste caso o agricultor, fica com um valor mínimo que praticamente só custeia o processo da produção do leite na propriedade. As empresas monopolizam o setor e o agricultor fica com a menor fatia.

Gráfico 6: comportamento da Bacia Leiteira no município de Rio Negrinho na última década



Adaptado de AMUNESC, 2015 (Disponível em <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/index/ano/2019>). Acesso em 03/04/2019)

Embora exista essa predominância e incentivo para a organização da cadeia do Leite no município e no Território do Planalto Norte, em Rio Negrinho a produção não tem evoluído de forma exponencial, mas tem se mantido durante os anos com pequenos avanços no aumento na sua produtividade.

Em consulta ao portal da Associação dos Municípios do Planalto Norte – AMPLANORTE, entidade que vem coordenando o Programa Planorte Leite, encontro a explicação e também a cartilha de apoio do Programa que foi lançado em 2013:

O programa Planorte Leite visa estimular o desenvolvimento integrado e sustentável do Planalto Norte Catarinense, por meio do fomento da cadeia produtiva do leite, promovendo a organização das instituições, entidades e produtores, com base na produção diferenciada, a fim de gerar renda e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Envolve os setores político (Prefeituras/Secretarias de Agricultura), técnico (Epagri, UnC, Cidasc, Embrapa, IFSC, AMPLANORTE entre outros) e de representação (cooperativas, sindicatos e associações) (AMPLANORTE, 2014)¹.

A partir dos dados consultados na cartilha conclui-se que para o programa:

¹ Disponível em <https://www.amplanorte.org.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/42860>. Acesso em 03/04/2019

A intenção é promover o desenvolvimento da produção diferenciada de leite, com o uso de metodologias de extensão rural, promovendo a organização das famílias e o emprego de tecnologias sustentáveis, econômicas e adaptadas às condições da região. Para tanto, os próximos passos serão: organizar as famílias beneficiárias para uma participação mais efetiva; captar recursos; capacitar os técnicos e extensionistas; promover a capacitação continuada dos produtores; propiciar o emprego de técnicas sustentáveis de produção do leite e seus derivados visando a segurança alimentar e a conservação e preservação ambiental; promover a utilização de energias alternativas nos processos de produção; incentivar a instalação ou desenvolvimento de agroindústrias processadoras do leite produzido na região; promover trabalho pedagógico junto aos alunos e professores das escolas estaduais e municipais através de visitação às propriedades leiteiras, para valorizar a atividade e despertar o conhecimento da importância do leite como alimento e meio de vida (AMPLANORTE, 2014).

Quando pergunto como ele, na condição de técnico avalia o potencial da agricultura familiar no município de Rio Negrinho e no Território do Planalto Norte relata que, além da cadeia do Leite, vê com bons olhos o potencial para o turismo rural.

Articulações interinstitucionais têm sido feitas, via EPAGRI, por intermédio do Projeto SC Rural, com o objetivo de capacitar e dar um suporte mínimo para que famílias de agricultores rurais possam estar aptas a desenvolver essa atividade como uma atividade que se pode considerar como *pluriativa* para muitas famílias.

O foco nessa atividade está voltado para que o público possa visitar as propriedades e possa desfrutar de café colonial; produtos agroecológico e um sistema de colheita de frutas e hortaliças nas propriedades.

Algumas reuniões, facilitação e visitas no projeto “Acolhida na Colônia”, desenvolvido pelo município de Santa Rosa de Lima/SC, já foram realizadas em parceria com a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, EPAGRI e agricultores com potencial. A proposta da parceria vem no sentido de capacitar, pontuar e mapear propriedades em potencial no município e que poderiam estar desenvolvendo ações que se assemelham à proposta do Projeto Acolhida na Colônia.

De acordo com dados coletados junto ao portal do Projeto, a Acolhida na Colônia foi criada no Brasil em 1999. É uma associação composta por 180 famílias de agricultores, integrada à Rede Accueil Paysan, atuante na França desde 1987 tendo como proposta:

Valorizar o modo de vida no campo através do agroturismo ecológico. Seguindo essa proposta, nós, agricultores familiares de Santa Catarina, abrimos nossas casas para o convívio do nosso dia-a-dia. O objetivo é compartilhar com você nosso saber fazer, nossas histórias e cultura, nossas paisagens e outras vivências do cotidiano. Oferecemos hospedagens simples e aconchegantes com direito a conversas na beira do fogão a lenha, a tradicional fartura de nossas mesas e passeios pelo campo. Cientes de nossa responsabilidade para com a natureza praticamos e promovemos a agricultura orgânica como base do nosso trabalho, garantindo com isso uma alimentação saudável para nossas famílias e para você visitante. (Acolhida na Colônia, 2018 /Portal: <http://acolhida.com.br>)

A perspectiva é que o Programa SC Rural a partir do ano de 2019, ganhe uma nova versão e possa ser desenvolvido com o apoio do Governo do Estado e Banco Mundial, beneficiando, principalmente com aporte financeiro, essas propriedades com potencial turístico e agregando ocupação e renda para as famílias de agricultores familiares.

Sobre uma possível falta de hábito ou tradição dos agricultores familiares de Rio Negrinho em realizar trabalhos cooperativos/associativos, o técnico destaca que existe sim uma resistência quando se fala de trabalho de forma coletiva. Segundo ele,

Existe uma resistência que precisa ser superada. Em várias reuniões e encontros fica evidente a necessidade de expor os benefícios e os potenciais dos trabalhos de grupo, bem como reforçar alguns motivos pelo quais algumas experiências coletivas acabaram em casos de insucesso ou fracasso.

Diante da hipótese de poucas experiências e trabalho coletivo no município estar ligado às origens ou episódios decorrentes da Guerra do Contestado, ele relata que certamente a Guerra do Contestado (ele não tem um conhecimento muito profundo sobre o episódio) teve sim marcas que o Território carrega até hoje, mas não saberia precisar quais seriam as raízes/marcas que poderiam estar presentes até os dias de hoje.

Sobre o perfil predominante do meio rural de Rio Negrinho, o mesmo afirma possuir as seguintes características típicas de agricultor familiar:

A idéia do agricultor pobre, com pouca terra tem e que planta apenas para subsistência e ainda depende de algum benefício do Governo como bolsa família, até encontramos em casos isolados (talvez um pouco nos assentamentos, mas que são originários de outras localidades), mas a predominância é por agricultor familiar com acesso ao PRONAF, acesso a equipamento como trator, colheitadeira, buscando por cursos de aperfeiçoamento e acesso à tecnologia/internet e outros. Também se observa agricultor familiar no município com grande potencial, com extensas áreas de terra e grandes plantações de soja e milho, sendo considerados como uma parcela de agronegócio.

Com relação às principais culturas no meio rural em Rio Negrinho, o mesmo afirma a predominância nos atendimentos da EPAGRI a famílias agricultoras de origem cultural alemã e polonesa.

Porém, não pode afirmar com segurança que a cultura europeia é a que predomina entre os agricultores no município, pois não é realizado um estudo aprofundado da origem das famílias agricultoras pela EPAGRI e também não pela Secretaria Municipal de Agricultura, até mesmo por não ser este o foco de trabalho de ambas as instituições.

Para o técnico da Epagri:

seguramente temos diferentes culturas presentes no meio rural em Rio Negrinho, como o caso de italianos, e caboclos. Mas predominantemente observamos e acompanhamos com maior intensidade a cultura europeia.

Maquinário em propriedade rural



Maquinário e barracão em propriedade rural



Fotos: Francielle Cristina Gaertner, 2018

No mesmo dia e local, no departamento de agricultura do município, realizei a entrevista com o engenheiro agrônomo da Secretaria Municipal da Agricultura de Rio Negrinho.

O engenheiro agrônomo da Secretaria Municipal de Agricultura, Deoclécio José Pacheco, possibilitou mais uma aproximação da realidade rural do município. Ele atua cerca de 16 anos na função. Relatei a ele a proposta da pesquisa e o público-alvo (cooperados da COOPERINE) onde foi possível através da sua fala, auxiliar nas questões de como o trabalho cooperativo é visto nesse município.

Destacou que a COOPERINE:

utiliza a estrutura física que foi construída numa parceria do Governo Federal, através do Programa Territórios Rurais com a Prefeitura Municipal. Levou um razoável tempo até ser construída por questões burocráticas de trâmites de recursos públicos (projeto aprovado em 2010 e inaugurado em 2014), e atualmente está disponível e cedida em comodato para a cooperativa (COOPERINE).

Um problema relatado que acontece no município e que ele imagina que seja uma questão geral na região, é que “*são vários sócios, mas o trabalho de organização e administração acaba sempre sobrando para alguns membros*”.

Afirma que:

O grande concorrente da produção local é o CEASA de Curitiba (cerca de 100 km), os mercados maiores buscam diariamente legumes, frutas e verduras para venda ao consumidor e com preço abaixo do que os nossos agricultores conseguem entregar, o que acaba por se tornar um agravante e um desafio a ser superado pensando na absorção da produção pelo mercado local. Como a entrega atualmente é feita apenas para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (no caso da COOPERINE) acaba por sobrar produção e não conseguem muitas vezes entregar aos mercados locais porque o custo do nosso produtor é maior do que a produção em escala dos produtos oferecidos pelo CEASA.

Segue relatando que:

Nos anos 1970 a 1980 muitos agricultores eram cooperados na Coopernorte e na Coopercanoinhas e até hoje estão pagando dívidas no banco. Essas cooperativas citadas, como não tinham mais crédito e estavam à beira da falência, acabaram por fazer empréstimos em nome de pessoas físicas como uma forma de tentar se reerguer.

Reforça que:

Historicamente, pelo menos na região do Planalto Norte, todo trabalho em forma de cooperativa gera alguma desconfiança. O trabalho cooperativo hoje está sendo introduzido lentamente, estamos introduzindo na nova geração de agricultores um espírito mais cooperativo. Não é fácil, mas lentamente estamos demonstrando que é possível sim desenvolver um trabalho cooperativo honesto e que traga resultados positivos para quem está dentro de uma cooperativa.

Relatou ainda que devido à origem cultural europeia de grande parte dos agricultores:

tendem a serem individualistas, desconfiados e muitos não gostam ou não aceitam trabalho de forma cooperada. Tem o lado positivo também dessa cultura que é um povo muito trabalhador, honesto e com visão empreendedora. Entretanto, atualmente, a necessidade em acessar algumas linhas de crédito, a venda para a merenda escolar tendo como exigência a compra via cooperativa, ajudou a mudar um pouco essa visão de agricultores que hoje conseguem pensar no coletivo e até ver os resultados.

Quando perguntei sobre a cadeia produtiva do mel, relata que existe uma organização via associação dos produtores de mel no município, que vem desenvolvendo um trabalho há muitos anos.

Afirma que a união e a organização dos apicultores possibilitou que a região fosse contemplada com:

A construção de um entreposto do mel, no município de São Bento do Sul, com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva e onde foi injetado recurso via Território da Cidadania para construção e compra de equipamentos. A estrutura seria para a cooperativa regional do mel que foi criada para absorver todo o potencial existente no Território, mas não tenho conhecimento se a estrutura está funcionando da forma como foi idealizada no projeto inicial. Em Rio Negrinho o mel produzido é mel nativo, e como as plantações de árvores estão cada vez mais escassas, temos muito reflorestamento e também tem a questão das leis ambientais, tem muito produtor desistindo porque não tem um retorno que considera suficiente. Hoje temos muitos produtores que continuam na produção por amor ao que fazem. De 60 toneladas que eram produzidas há uns 30 anos atrás hoje não deve chegar a 20 toneladas ao ano.

Quando questiono sobre uma possível influência dessa cultura, pouco cooperativa e mais individualizada, ser decorrente da Guerra do Contestado, Deoclécio José Pacheco acredita que não, porque o município não teve uma participação que considera significativa.

Em sua fala destaca que:

Claro que muitos vieram para cá fugidos, fixaram residência no interior e ainda evidencia-se a cultura do medo de perder, porque muitos foram expulsos de suas terras, então ainda existe essa desconfiança, que no meu entendimento seja uma das heranças históricas e presentse em todo o Planalto Norte. Mencionou a passagem do Monge José Maria pelo Território, que estimulava os moradores a lutarem por suas terras. Destacou que na época, existia a ocupação em grupo (faxinais), que se perdeu essa cultura quando chegou o alemão na região e, por ser mais individualista, começou a cercar e a lutar pelo “seu espaço”, sua terra. Pra gente ser forte cada um precisa ter sua propriedade, não adianta ser de todo mundo. O alemão veio (da Alemanha) com essa mentalidade de cercar e lutar pelo seu espaço.

Evidencia-se claramente o conflito do que é de todos e o que é meu, e após essas experiências negativas que as cooperativas maiores trouxeram naquela época (conforme já relatado) deixando muitos agricultores endividados:

a primeira pergunta que os agricultores fazem quando se fala em cooperativa é o “quanto eu vou ganhar”, enquanto deveria perguntar “o que eu posso fazer pra ajudar, como eu posso crescer com a cooperativa?” Acredito que a falta de cooperativismo no município está muito mais ligada na falta de confiança nesse tipo de trabalho, que é milenar, do que uma possível causa decorrente da Guerra do Contestado.

Quando indaguei sobre a existência de propriedades pluriativas no município veio a surpresa.

O mesmo relatou:

90% das propriedades que possuem alguma diversidade ou perspectiva de diversidade na propriedade, é ai onde a mulher está tomando frente. O homem está muito voltado para a lavoura ou para o gado, a mulher está diversificando a propriedade com turismo rural, produção de hortas para venda (via cooperativa normalmente) e outras atividades com o objetivo de agregar valor e renda.

As propriedades pluriativas estão se desenvolvendo quando a mulher está tomando a frente. Devido às boas condições das estradas que dão acesso a muitas propriedades do interior de Rio Negrinho, muitos filhos de agricultores que trabalham na cidade retornam para a casa no final do dia. Relata também que há estímulo, por parte dos pais, para os filhos que

desejam permanecer no campo.

Assim como existem jovens da cidade que estão indo para o campo desenvolver projetos de empreendedorismo rural (há casos de turismo rural no município envolvendo jovens que eram da cidade e migraram para o campo), os jovens somente permanecem no campo se sentirem que sua vocação é voltada para o campo e principalmente mediante políticas públicas que atendam a esse público.

Com relação ao PIB Pacheco relata recordar que quando chegou ao município e começou a trabalhar na Secretaria de Agricultura, isso em 2002, o PIB era de pouco mais de 1%. Anos depois, o município teve prefeitos que firmaram o compromisso de valorizar a agricultura, principalmente o apoio ao agronegócio, o que contribuiu para elevar esse número. Ele acredita que hoje chegue a 15%, sendo considerado um valor significativo para o município. Este número só não é maior porque muitos produtores de soja tiram nota pelo município de Mafra pelo fato de suas propriedades ficarem na divisa entre os dois municípios, sendo que esse é um dos trabalhos de sensibilização que realiza junto aos agricultores para que tirem as notas em Rio Negrinho e assim possa aumentar a arrecadação municipal.

O perfil da agricultura familiar do Território do Planalto Norte Catarinense

Na oportunidade, avaliando ser pertinente para esta pesquisa, resgato e destaco relevante trabalho realizado no ano de 2005 por pesquisadores da EPAGRI – Centro de Pesquisa Canoinhas, cujo objetivo era conhecer para fortalecer experiências coletivas, com a realização de um diagnóstico que envolveu 13 (treze) municípios que compreendem o território do Planalto Norte Catarinense e também entidades representativas da Agricultura Familiar para avaliar as experiências produtivas coletivas que existiam ou existiram e analisar suas causas de sucesso ou insucesso.

O trabalho não foi publicado, o que seria de grande interesse em termos de dados para que pesquisadores que trabalham com a área rural pudessem conhecer esse panorama e a realidade desse Território. Eu tive acesso aos dados e também conhecimento desse material pelo motivo de ter participado de algumas etapas do diagnóstico enquanto colaboradora do Território Rural do Planalto Norte Catarinense. Atualmente, como pesquisadora, tomo a liberdade em trazer dados significativos que auxiliam na compreensão do retrato quanto ao cooperativismo no Território.

O estudo foi realizado no ano de 2005, pela EPAGRI Canoinhas, sob a coordenação

e execução metodológica dos pesquisadores José Alfredo da Fonseca, Ana Lúcia Hanisch, Luiz Cesar Batista (ADR-PLAN) e por esta pesquisadora que atuou na equipe de campo. Com o estudo foi possível mapear 85 experiências coletivas no Território do Planalto Norte em processos de produção e comercialização, dos quais 40% não existem mais, 13% existem no papel, mas não em atividade e 47% ainda estão em atuação. Destas em atividade, mais de 80% foram iniciativas das comunidades ou de famílias que buscaram apoio das entidades locais.

Foi possível constatar que a maioria das experiências diagnosticadas foi estruturada a partir do final dos anos 1980 e/ou mais recentemente. Isto reforça a questão histórica de demanda pela organização na região antes da atuação de entidades em processos de formação para o meio rural a partir da década de 1990.

Aquele período pode ser considerado relevante (pós 1990) pelos avanços em políticas públicas e estruturantes para a agricultura familiar, em especial a estruturação e consolidação do PRONAF (1996).

Tabela 3 – Relação de experiências coletivas da Agricultura Familiar no Planalto Norte Catarinense, com respectivo número total por município, experiências atuantes, experiências sem atuação e experiências finalizadas no ano de 2005.

Município	Total	Experiências Atuantes	Experiências sem atuação	Experiências finalizadas
Porto União	6	6	0	0
Bela Vista do Toldo	5	1	1	3
Campo Alegre	9	5	1	3
Irineópolis	7	5	0	2
Monte Castelo	6	2	3	1
Major Vieira	7	1	2	4
Rio Negrinho	4	1	1	2
São Bento do Sul	7	3	1	3
Três Barras	4	0	0	4
Mafra	15	12	0	3
Itaiópolis	6	2	0	4
Canoinhas	9	2	2	5

TOTAL	85	40	11	34
%	100	47,06	12,94	40

Adaptado de EPAGRI, 2005

Das 85 experiências coletivas diagnosticadas, 40% já não existiam mais no ano de 2004 e foram apresentadas com diferentes enfoques pelos seus participantes: saudosismo, tristeza, alegria, experiências positivas ou negativas. Se considerar o número de experiências que foram relatadas por seus representantes (ou por outros participantes das reuniões que lembraram sua existência) como aquelas que ainda existem, mas praticamente não têm atuação, o número de experiências que não atuam mais soma 52,94%. Este número é um indicador importante quando se pretende conhecer a realidade territorial e para traçar estratégias para o planejamento rural.

Como resultado do estudo, a EPAGRI identificou fatores que foram relatados de forma comum entre os participantes das reuniões: falta de planejamento, desconhecimento da atividade, falta de esclarecimento no início do processo, falta de regras claras, falta de continuidade no apoio, medo do associativismo/cooperativismo, cultura do “somente o presidente trabalha”, o processo não é assumido por todos, a baixa participação dos associados, problemas na comercialização, desconhecimento das questões administrativas, falta de domínio da tecnologia, aproveitadores, falta de iniciativa dos próprios associados e ações sem a devida maturação (Epagri, 2005).

Em levantamento que realizei no ano de 2018, juntamente com a Prefeitura Municipal por intermédio da Secretaria de Agricultura, obtive a informação de que estão em atividade duas cooperativas de agricultores, a COOPERINE cujos associados são pequenos/médios agricultores familiares e a COOPERDOTHI, composta principalmente por assentados ligados ao MST. Além da Associação de Apicultores, as demais iniciativas deixaram de existir. Concluo, portanto que, após o estudo realizado no ano de 2005 fundaram-se as duas cooperativas atuantes no município e a única iniciativa que vem resistindo aos obstáculos desde sua fundação, no ano de 1980, é a Associação de Apicultores, o que pode significar, conforme já destacado, uma fragilidade, uma falta de confiança no trabalho coletivo/cooperativo.

Certamente que seria de grande importância realizar o diagnóstico semelhante na atualidade, envolvendo os 13 municípios pesquisados na época para uma avaliação mais aprofundada.

As características da Cooperativa COOPERINE

Dando inicio à etapa de aproximação com o público-alvo, ou seja, agricultores da Cooperine, relato como ocorreu o processo das visitas, entrevistas e da observação em campo.

A primeira visita/entrevista ocorreu com a presidente da cooperativa. Na chegada em campo observei as características da sua propriedade. Saindo da porteira e seguindo em direção à sua casa, observei passar por um aviário que se encontra desativado, uma casa e um barracão que pertencem ao cunhado dela e que também reside na propriedade.

A casa dela apresenta características de casa interiorana, construída em tábuas de madeira, pintada na cor verde, cerca e portão de madeira e sem pintura e muitos pés de fruta em frente à residência, tendo vários animais soltos (galinha, porco, cachorro, gato) que circulam livremente pelos arredores da casa.

Ao entrar, encontro seu esposo que participou da conversa. Ela nos ofereceu um chimarrão (na região do Planalto Norte Catarinense é tradição servir chimarrão para visitantes e amigos. É um habitó formar uma roda de conversa e matear entre amigos, contando como está a situação vivenciada por cada um que ali está. Isso se dá pelo motivo que a região está próxima de extensas áreas de produção de erva-mate - *Ilex paraguariensis*). e nos convidou para sentar na sala que também é utilizada como copa para servir as refeições.

Nesse momento, expliquei o objetivo do meu trabalho, bem como solicitei que, se fosse possível, ela respondesse a todas as perguntas de maneira clara e objetiva para que ao final da entrevista eu pudesse ser capaz de retratar a realidade vivenciada por esses agricultores que integram a cooperativa e também os potenciais desafios da cooperativa a curto, médio e a longo prazo.

A seguir, faço um retrato da realidade da COOPERINE, com suas principais características e peculiaridade, a partir do depoimento colhido.

Atualmente a cooperativa opera com cerca de 60 sócios e absorve a produção de 80 a 90 agricultores. Muitos ainda não entraram na cooperativa como sócios, mas manifestaram interesse em participar. As principais propriedades ficam no bairro São Pedro, Lajeado, Colônia Olsen, Rio Casa de Pedra e alguns agricultores são de São Bento do Sul. Tem-se a participação de assentados que participam simultaneamente dessa cooperativa e da COOPERDOTHI. Destaca a presidente que quando a cooperativa tem a participação de assentados, conseguem alguma prioridade em financiamentos e também podem levar créditos no desempates de editais, tanto da merenda escolar quanto editais do governo para aquisição de projetos de custeio e ou investimentos a fundo perdido.

É maior o número de cooperadas mulheres, sendo que dão preferência para que as mulheres sejam associadas quando na intenção de alguma família manifestar o interesse em se tornar sócia da cooperativa. Hoje a composição é de 70% de mulheres e 30% de homens.

Esta preferência é destacada pelo motivo de que cooperativas com maior número de mulheres em sua composição também conseguem benefícios para editais e ou financiamentos. Mas mais do que isso é porque as mulheres se envolvem mais no trabalho coletivo e como o foco da cooperativa é para os hortifrutigranjeiros normalmente é de responsabilidade da mulher a sua produção na propriedade.

A cooperativa iniciou as atividades no ano de 2010, por intermédio da organização dos agricultores familiares que faziam a feira no centro da cidade e que começaram a observar que tinha uma sobra grande de produtos após o término na feira. Nesse período, surgiu também a LEI Nº 11.947, DE 16/07/2009, que define em seu Art. 14 que:

Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando- se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Aí surgiu a ideia de se organizar, via cooperativa, para então concorrer a esses editais e possibilitar a entrega dos produtos produzidos pelas famílias de agricultores do interior do município que muitas vezes ficavam no prejuízo com essas sobras. Segundo a presidente “*Por serem alimentos perecíveis, não conseguíamos nem consumir na família em tempo hábil. Ia muita coisa para alimentação dos animais gerando um prejuízo para nós*”.

O trabalho foi difícil, árduo e teve bastante empenho de algumas pessoas. Os agricultores acreditavam que o caminho seria esse e que se eles não agarrassem a oportunidade, ficariam de fora. Houve uma mobilização para a sensibilização e convencimento de agricultores para mostrar os benefícios do trabalho coletivo.

Apesar de todo o esforço, muitos não quiseram de forma alguma entrar porque, conforme destaca a presidente,

Teve aquela vez que aquela cooperativa, a Coopernorte, atuava aqui na região e deu uns rolos ali. Aí o pessoal tem um medo porque teve gente que tá até hoje pagando dívidas dessa cooperativa.

A presidente destaca a difícil tarefa de mobilizar, administrar uma cooperativa e conciliar o trabalho de rotina na propriedade. “*O trabalho é voluntário. As pessoas envolvidas fazem porque acreditam em um futuro próspero e melhor. Trabalhar com pessoas é*

complicado”.

As principais variedades produzidas e comercializadas pela cooperativa são verduras no geral e algumas frutas. Absorvem uma média de 2,5 a 3 toneladas semanais que são entregues para a merenda escolar.

Quando há uma demanda de entrega e a produção dos agricultores cooperados não é capaz de atender, fazem contato com outros agricultores do município que não são cooperados e negociam a compra no caso dessa necessidade.

A presidente também relata questões relativas a dificuldades de produção em diferentes períodos do ano:

Em algumas épocas do ano, quando algumas variedades não produzem tão bem, no inverno, por exemplo, têm algumas variedades que não produz de jeito algum, então não há produção de nenhum produtor do município nem da região (exemplo da cultura do xuxu). Então, é pego do CEASA com o compromisso de atender às exigências no edital da merenda escolar, aos quais temos que cumprir.

A presidente também argumenta:

Já foi feito o relato para o secretário de agricultura, para as nutricionistas que fazem o cardápio, relatando sobre a dificuldade ou até a impossibilidade de produzir certos alimentos no inverno, para trocar essas culturas por outras que são da época e que se consegue produzir no município, mas elas acabam colocando no cardápio o ano todo algumas culturas (caso do xuxu).

As principais dificuldades enfrentadas e relatadas não estão no sentido administrativo, mas na parte de assistência técnica para os cooperados. Hoje a cooperativa não possui recurso suficiente para contratar um engenheiro agrônomo ou mesmo um técnico agrícola para auxiliar e orientar os agricultores. O valor atual que cada cooperado paga é de 20% sobre os produtos comercializados, o que contempla o custeio apenas da parte administrativa da estrutura da cooperativa.

Após a entrevista, solicitei vistas do estatuto social da cooperativa bem como da relação de filiados para que eu tivesse conhecimento. A relação seria no sentido de selecionar algumas famílias para realizar a visita e que pudessem ser feitas essas visitas em localidades diferentes uma das outras para verificar se existem diferenças entre as famílias e suas localidades. A presidente sugeriu a visita com algumas famílias mais antigas e também relatou que os documentos todos estão em posse do contador e que eu poderia passar para verificar e, se necessário, buscar uma cópia. Ela também ficou de contatar o contador para avisar sobre

minha consulta aos documentos e minha passagem pelo escritório.

No dia seguinte, conversei com o contador da cooperativa e ele me passou cópia do estatuto social registrado em 2010. Questionei sobre a listagem dos associados provavelmente estar desatualizada, porém o mesmo me relatou que:

os cooperados apresentam dificuldades no envolvimento com a cooperativa. É difícil conseguir reunir os cooperados para atender às exigências previstas no estatuto como saída e entrada de novos sócios, mudança de diretoria. Acaba muitas vezes que são sempre os mesmos que tomam frente das ações e há dificuldade em atender às questões burocráticas do Estatuto.

Acredita que a cooperativa tenha potencial, mas há dificuldade no envolvimento e responsabilidade de todos os que fazem parte, o que acaba limitando muito a expansão de novos comércios. Seria interessante que todos os cooperados pudessem participar de forma efetiva, sabendo o que cada um produz, quanto vende e ser tudo registrado em atas. Afirma que:

Se houvesse um maior envolvimento dos sócios, seria possível uma maior organização e, consequentemente, uma maior expansão das vendas e da produção. Possivelmente, dados como registro da quantidade de produção de cada sócio, atas de reunião, esses documentos estariam tudo registrados em ata.

O próximo ponto de contato era a sede da cooperativa para solicitar a relação dos sócios atualizada.

Ao chegar à sede da cooperativa, conversei com a secretária e solicitei a ela se eles teriam uma relação atualizada dos sócios. Ela me informou que o documento que eu peguei com o contador seria a relação final que a cooperativa possui.

Relatei que eu verifiquei o estatuto social, datado de 2010 e a única relação de sócios constante são de 26 associados que fundaram a cooperativa nesse ano (no caso, 2010). A mesma relata:

Como já expliquei, devemos fazer uma assembleia ainda no mês de abril deste ano (2018) para que possamos atualizar a relação dos sócios, atualizar o estatuto social e começar uma nova fase de trabalho da cooperativa. Realmente o estatuto precisa ser atualizado para ajustar a saída e a entrada de novos sócios levando em consideração que muitos haviam saído enquanto outros entraram, mas de maneira informal. A gente teve bastante problema antes, agora queremos limpar o passado e colocar a casa em ordem para que possamos avançar com novos mercados e novos produtos diferenciados para agregar valor às famílias cooperadas.

Sendo assim, pedi que ela me indicasse algumas famílias que efetivamente estão produzindo e comercializando via cooperativa para dar sequência à pesquisa. Ela conversou com a presidente e me passaram a relação de 10 agricultores que poderiam receber minha visita.

Com relação à atual venda da cooperativa para a merenda escolar tive acesso, via portal da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, de cópia do edital realizado pela prefeitura e cópia do contrato referente aos produtos a serem comercializados nas escolas e creches municipais através da COOPERINE, que foi quem ganhou o edital. Com a chamada pública 002/2017 para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar para a alimentação escolar com dispensa de licitação, atendendo a Lei n. 11.947 de 16/07/2009, Resolução n. 26 do FNDE de 17/06/2013 e Resolução n. 4 do FNDE de 02/04/2015.

O edital estabelece especificações técnicas e quantidade para os gêneros alimentícios a serem adquiridos entre os meses de Fevereiro e Julho de 2018.

Tabela 4: Gêneros alimentícios – Merenda Escolar (Chamada Pública 002/2017)

Gênero	Quantidade (kg)
Abóbora	338
Abobrinha	1.468
Acelga	797
Alface	2.121
Banana	18.248
Batata Doce	634
Batata Inglesa	326
Batata Salsa (mandioquinha/batata baroa/batata aipo)	985
Beterraba	1.108
Brócolis	2.162
Cará	49
Cebola	2.516
Cenoura	3.297
Chuchu	1.717
Couve-flor	2.528
Couve manteiga	1.505
Couve Rabano	125
Espinafre	284

Inhame	74
Feijão Preto	3.440
Laranja de Mesa	2.107
Melancia	1.995
Morango	149
Mostarda	156
Pepino Salada	1.187
Repolho Branco	2.427
Salsinha	2.110
Tangerina	3.367
Tomate	4.018
Vagem	40

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, 2018²

Observo, desta forma, uma extensa listagem de produtos que são entregues para a merenda escolar. Porém, durante os relatos das entrevistas e observação que fiz nas propriedades, grande parte dos produtos acima listados não são produzido em quantidade suficiente ou nem são produzidos por falta de condições climáticas. Por exemplo, o tomate e a banana não têm grande produção no município, não pelo menos com os agricultores entrevistados e visitados.

A identidade dos agricultores familiares e a produção agrícola

Junto aos agricultores, os quais visitei e entrevistei, pertencentes à COOPERINE, foco do recorte de pesquisa, identifiquei a predominância nos cultivos de soja, milho, feijão, trigo e fumo (estes sob responsabilidade do marido/homem/filhos maiores de idade), morango, aipim, batata-doce, taiá, repolho, couve-flor, brócolis, beterraba, alface, rúcula, agrião, pepino, tomate (para venda na cooperativa – entrega para a merenda escolar) e produção de pão e bolacha (para venda na feira municipal), estes sob responsabilidade das mulheres.

O número de moradores nas propriedades varia de 04 a 06 pessoas. Quando questionei sobre a possível permanência ou não dos filhos na continuidade dos trabalhos agrícolas, com

² Disponível em

<http://www.rionegrinho.sc.gov.br/busca?q=Merenda+Escolar+%28Chamada+P%C3%BAblica+002%2F2017%29>. Acesso em 05 jan. 2019.

exceção de 02 adolescentes que têm interesse em sair para cursar um curso superior, os demais afirmam ter interesse em continuar os trabalhos na propriedade pois vislumbram que muitos colegas saíram e foram trabalhar no Germânia (mercado do município) para ganhar um salário mínimo (relato dos adolescentes, no sentido de que na propriedade eles conseguem receber de acordo com a produção agrícola, que tende a ter ganhos superiores a um salário mínimo).

Relatam que ficando na propriedade eles não têm gasto com aluguel e também têm o suporte da mãe e do pai. Assim, conseguem juntar dinheiro para comprar um carro ou moto e começar a construir a casa e planejar/organizar sua vida por ali mesmo.

Acompanhei o relato de uma jovem agricultora que permaneceu no campo. Hoje tem 03 filhos, cuida da produção de morango e está na propriedade que herdou do pai. Não tem interesse em deixar o trabalho e o que chamou a atenção foi que o marido dela trabalha na prefeitura municipal, é efetivo, vai para a cidade e volta todos os dias.

É possível identificar o compromisso e a vontade das mulheres entrevistadas em permanecer no campo, em continuar os trabalhos no meio rural e agregar valor com diferentes produções na propriedade e estimular aos filhos, a nova geração, a permanecer no campo:

Eu não troco a vida que temos hoje, a qualidade de vida para os meus filhos, por um emprego na cidade. Acredito que meus filhos, hoje com 14 anos, 10 anos e 01 ano, também vão ter este pensamento (A4).

Meus filhos, 14 e 12 anos, nunca ficaram doentes e sempre comeram o que produzimos na propriedade. Isto é um orgulho para qualquer pai, saber que seus filhos estão crescendo saudável. Eles não têm pretensão de deixar a vida do campo (A5).

Em todas as conversas, quando perguntei se os filhos menores, além de estudarem também ajudam em algum trabalho/serviço leve na propriedade como alimentar os animais, auxiliar na horta e ou com alguma produção específica de hortifrutigranjeiros, a primeira reação foi em me perguntar se não se tratava de nenhuma fiscalização.

É perceptível a desconfiança por parte dos agricultores quando não possuem afinidade e ou convivência com pessoas fora de sua comunidade/círculo de amizade e trabalho.

O que fica evidente é que educar os filhos e ensiná-los no trato com a terra, passar os saberes herdados de seus avós (no caso de pais para filhos) pode ser visto como uma exploração ao trabalho infantil.

Atualmente a Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu Art. 60 afirma: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. O presente artigo, e o próprio ECA, estabelecem as mesmas condições para crianças e adolescentes tanto do meio urbano, quanto do meio rural. Porém, as realidades em que vivem são diferentes, com particularidades que deveriam possibilitar o auxílio dos menores em trabalhos com os pais no meio rural, como o trato de animais de pequeno porte, no cultivo de hortas e demandas consideradas leves.

Antigamente, conforme aponta Andrade (2008) os trabalhos das crianças consistia em auxiliar a mãe, principalmente na busca de água no córrego, auxiliar na horta e ou limpeza do pasto e esses trabalhos serviam como ferramenta na construção dos costumes que estão ligados ao modo de vida rural (significado do trabalho) e era utilizado como um pressuposto na formação cultural das crianças, com a intenção de formar pessoas honestas, dignas e de boa índole.

Atualmente, há receio em colocar as crianças/jovens na roça, mesmo que seja para a realização de trabalhos leves, pois pode haver punições e ou denúncias de trabalho infantil, o que acarreta em prejuízos para a família e até para a formação cultural das crianças/jovens atuais.

As múltiplas faces da identidade cultural na agricultura familiar em Rio Negrinho

Embora a pesquisa aponte para a predominância cultural dos descendentes de imigrantes europeus no meio rural em Rio Negrinho, pela amostragem junto à COOPERINE, é possível identificar a presença de outras culturas no município quando reporto para outro recorte territorial rural.

Uma característica interessante é que identifica-se no município de Rio Negrinho a presença de sete assentamentos que estão localizados no interior, a cerca de 40 km da sede.

A tabela abaixo mostra a característica dessa realidade junto ao município, apresentando o número de assentamentos, sua denominação, capacidade de famílias em cada assentamento, número de famílias já assentadas, área do Projeto de Assentamento - PA e criação do assentamento.

Tabela 5 – Panorama dos Assentamentos Rurais em Rio Negrinho

PA	Capacidade	Núm. de Famílias Assentadas	Área PA (ha)	Data de criação
PA Rio da Lagoa	10	10	224.13	11/11/1988
PA Butiá	35	34	855	30/11/1988
PA Vassoura Branca	10	10	148.59	14/06/1995
PA Campinas	08	07	113	17/10/1995
PA Domingos Carvalho	34	34	546.17	17/02/1999
PA Três Rosas	07	06	91.71	05/08/1999
PA Norilda da Cruz	79	73	1407.57	21/12/2006

Fonte: adaptado de INCRA, fevereiro 2017.

Em visita realizada para conhecer o PA Butiá no ano de 2017, fui recebida na casa do líder daquele assentamento onde tive contato com a esposa e filhos (o marido não se encontrava naquele momento na propriedade) e visivelmente pude identificar traços caboclos nos membros da família. Na conversa com eles, pude concluir a origem cabocla daquela família e de tantas outras que habitam nesses assentamentos.

O isolamento desses assentamentos também chamou a atenção. Não parece que isso seja um “problema” para eles. Parece que estão acostumados a viver isolados do restante da comunidade/município.

Podemos assim utilizar como referência estudos realizados por Martins (1995); Locks (1998) e Poli (2006), que identificam características da população cabocla e uma das características históricas é a vivência em espaços “isolados” do restante da sociedade.

O trabalho familiar agrícola e a pluriatividade

Sobre possíveis atividades pluriativas, observei em praticamente todas as propriedades dos agricultores filiados a COOPERINE algum membro da família com serviço e renda complementar advindos de outros serviços para além do setor agrícola.

Mas o trabalho advém de serviços externos a propriedade em significativa parte dos entrevistados. No caso da família A4, o marido trabalha na cidade e complementa a renda da família com salário advindo do serviço público e externo ao serviço agropecuário; na propriedade da família A1, o filho mais velho trabalha durante a semana na marcenaria do tio

que fica na mesma propriedade na parte frontal do terreno e auxilia a família nos finais de semana com a plantação, mas tem uma renda extra advinda do serviço em uma madeireira; a família A5, tem sua renda principal voltada para a produção de mudas ornamentais que são comercializadas principalmente por empresas de São Paulo, Florianópolis e Paraná e, portanto, a renda advinda da produção de hortifrutigranjeiros é que complementa a renda da família. A família A9 trabalha com setor pesqueiro voltado ao turismo rural, em um sistema pague e pesque³, que acaba por complementar a renda da família. Ainda relata que, nos finais de semana, dezenas de famílias oriundas de Joinville, Jaraguá e Curitiba procuram o local para aproveitar a propriedade através do pague e pesque e também aproveitam para comprar mel que, segundo a esposa relata, é uma das propriedades que mais produz mel no município; a família A11 tem a renda principal advinda do trabalho da esposa que é professora em outro município. O marido, quando ficou desempregado, há cerca de dois anos, iniciou a produção de morango como uma forma de ocupação e complementar a renda da família. Afirma que a produção é rentável, porém delicada por ser um produto perecível.

Diversificação na propriedade – produção de bolachas



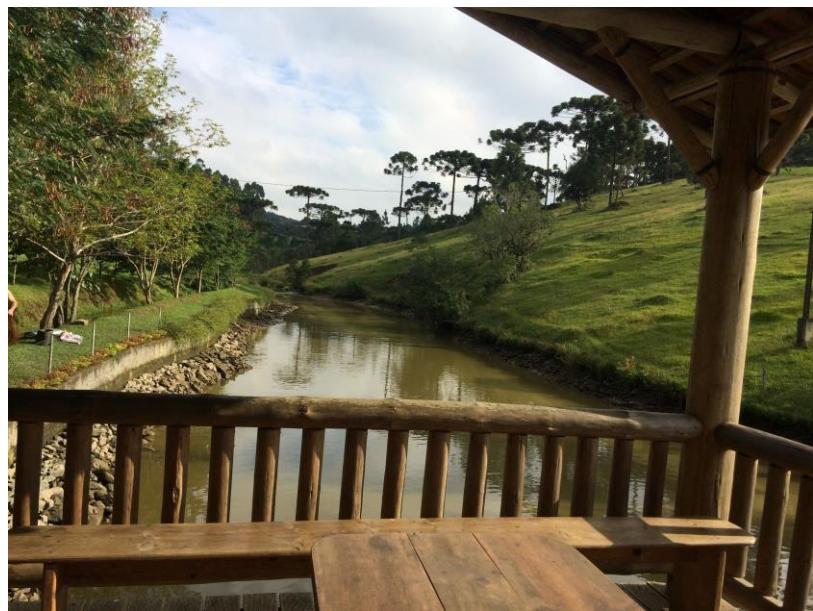
Foto: Francielle Cristina Gaertner, 2018

³ Pague e pesque é a modalidade em que a pessoa paga para pescar e pode levar toda a quantidade que pescar, não precisa pesar, a pesca é livre. Difere da modalidade pesque e pague, onde você pesca e após deve pesar e pagar relativo ao volume que pescou.

Diversificação na propriedade – produção de plantas ornamentais



Propriedade voltada ao Turismo Rural



Fotos: Francielle Cristina Gaertner, 2018

A questão fundiária

Para compreender e caracterizar as propriedades dos agricultores familiares ligados a COOPERINE, observo o tamanho das propriedades no município recorrendo à Lei 8.629 de 25/02/1993 que estabelece como:

- minifúndio: área inferior a 1 módulo fiscal;
- pequena propriedade: 1 a 4 módulos fiscais;
- média propriedade: maior que 4 até 15 módulos fiscais;
- grande propriedade (fazendas): superior a 15 módulos fiscais.

A denominação de módulo fiscal é um conceito instituído pela Lei 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra, Lei 4.504/64 e trata de regular direitos e obrigações de imóveis rurais tanto para fins de reforma agrária quanto para a promoção de políticas públicas para a área agrícola. Expressa em hectares e é fixada em valores diferentes para cada município, considerando as particularidades produtivas de cada território.

Para o município de Rio Negrinho, cada módulo fiscal corresponde a 16 (ha) (dados disponibilizados no portal do INCRA <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>).

Identifica-se desta forma, que o tamanho das propriedades dos cooperados varia entre 3 (três) à 21 (vinte e um) hectares, caracterizando-as como minifúndio e pequena propriedade.

O município concentra propriedades caracterizadas como minifúndio em aproximadamente 198 propriedades; pequena propriedade em aproximadamente 406 propriedades cadastradas, 51 como fazendas e 16 produtores cadastrados como sem área.

Abaixo apresento a realidade evidenciada no município:

Tabela 6: Caracterização Fundiária das propriedades rurais em Rio Negrinho

Tamanho da propriedade	Número de propriedades Cadastradas
De 0,5 a menos de 1 há	06
De 1 a menos de 2 há	16
De 2 a menos de 3 há	19
De 3 a menos de 4 há	35
De 4 a menos de 5 há	31
De 5 a menos de 10 há	91

De 10 a menos de 20 há	203
De 20 a menos de 50 há	203
De 50 a menos de 100 há	81
De 100 a menos de 200 há	35
De 200 a menos de 500 há	28
De 500 a menos de 1000 há	09
De 1000 a menos de 2500 ha	12
De 2500 ha a mais	02
Produtor sem área	16
Total de propriedades	787

Dados: adaptado de INCRA 2018.

Sobre a infra-estrutura identificada na área da saúde, praticamente todas as famílias utilizam o posto de saúde do bairro ou em comunidades próximas ou vão até o centro do município quando necessário algum procedimento ou exame especializado. Relatam que o serviço de Programa de Saúde da Família – PSF, através dos agentes de saúde, não opera em suas localidades.

A infra-estrutura das estradas, tanto para a chegada nas propriedades quanto para escoamento da produção é relatada com satisfação exceto em períodos muito chuvosos quando podem ocorrer buracos e dificultar a chegada até as propriedades.

Significativa parte das propriedades é servida pela estrada geral que é pavimentada, o que facilita o escoamento da produção e o acesso. As propriedades visitadas ficam próximas à estrutura da cooperativa (a mais distante cerca de 20km), garantindo assim que a produção dos hortifrutigranjeiros, principalmente os produtos perecíveis, possam chegar com maior facilidade e com boa qualidade e ser entregue dentro dos padrões exigidos pela Prefeitura Municipal na alimentação das escolas e creches.

A visão sobre o trabalho cooperativo

Sobre os valores pagos para os produtores e entregues para comercialização via cooperativa nota-se que:

A4 prefere fazer a venda e comercializar fora da cooperativa:

o preço é melhor e também porque nem sempre a cooperativa garante toda a compra. Tudo depende da demanda deles. Às vezes eles querem um X volume, na outra semana eles nem pegam e a produção acaba estragando porque daí a gente separou e eles não quiseram e também se eles conseguem pagar para algum agricultor até que não seja da cooperativa um preço mais baixo eles vão optar por pegar a produção desse valor menor.

A9 afirma que o melhor é:

levar a produção para comercialização na feira municipal que acontece no sábado, pois o valor pago é melhor e também há garantias do produtor vender e receber o dinheiro.

A5 afirma que a cooperativa:

até oferece um preço justo aos produtos, porém, não há garantia de que a produção vai ser comprada por eles. Daí a gente acaba plantando tudo a mesma coisa, várias famílias plantam brócolis, por exemplo, daí sobra os produtos e faltam outras variedades que acabam tendo que ser compradas de outro lugar. Penso que deveria ter uma forma deles organizarem para que as famílias plantassem tais e tais culturas, daí a gente se organizava pra plantar o que precisa e com a garantia de compra para eles.

A10 relata que iniciou agora a entrega para a cooperativa:

estou entregando alguns produtos que estou produzindo na propriedade. O preço está bom, mas não sei como funciona a periodicidade e demandas dos produtos porque comecei a entregar agora. Não sou sócio da cooperativa e estou esperando para entrar pra ver se a cooperativa é séria mesmo.

A11 entregou alguns quilos de sua produção de morango para a cooperativa quando vieram procurar ele, mas depois não pediram mais e a venda agora é feita de forma particular para outros clientes através de entrega e venda a domicílio. Não é sócio da cooperativa e me perguntou se seria um bom negócio ele entrar como sócio.

Quando perguntei como avaliam o trabalho cooperativo, se eles se sentem satisfeitos com a cooperativa e se possuem facilidade para trabalho de forma coletiva, em todas as suas falas os agricultores afirmam acreditar que é uma forma de trabalho conjunto que pode dar muito certo, abrir novos mercados, mas que sentem desconforto por terem passado por algumas situações complicadas no passado com algumas cooperativas que começaram e não deram certo no município e no Território do Planalto Norte, tendo ficado muitos agricultores e familiares com dívidas as quais pagam até hoje, segundo relatos.

Desta forma, todos os agricultores entrevistados avaliam que para o trabalho cooperativo ter sucesso precisa de uma boa administração e, principalmente, de transparência. No relato de alguns sócios da cooperativa, há uma preocupação com relação à seriedade do trabalho cooperativo, por não conseguirem muitas vezes acompanhar de perto toda a cadeia (da produção até a negociação com os mercados). Os cooperados normalmente estão mais voltados para a produção e acabam não acompanhando o processo, o que gera desconfiança entre os administradores e os agricultores filiados, em saber se todo o processo está dentro da legalidade.

Os sócios que solicitaram o seu desligamento, afirmam que saíram pela falta de transparência no processo e há relatos de que a Polícia Federal esteve fazendo buscas e apreensões na casa de um ex-presidente da cooperativa devido a uma possível “fraude” nas notas fiscais. Os sócios que já pediram seu desligamento estão com medo do que possa acontecer com eles, sofrer alguma penalidade ou ter algum prejuízo financeiro.

Essa informação pode ser tratada como uma fofoca, pois em nenhum momento foi possível identificar a veracidade da informação por suas lideranças.

Identifiquei que a falta de trabalho cooperativo evidenciada nessa região, é muito mais pela falta de transparência no processo e confiança entre o grupo de agricultores envolvidos, do que falta de hábito ou de acreditar que o trabalho entre grupos seja a chave do sucesso de muitos empreendimentos rurais ou não. Também existe a possibilidade das famílias (da COOPERINE) não viverem apenas da renda dos produtos entregues para a cooperativa. Existe essa visão de que o trabalho coletivo é importante mas não essencial na vida deles.

A religiosidade e as crenças

É presente e forte a religião católica, tendo igrejas em praticamente todas as localidades que visitei. Pontualmente identifiquei uma placa com a denominação Assembleia de Deus, o que nos leva a identificar que religiões evangélicas concentram-se com maior força na área urbana. Até mesmo porque as propriedades que se denominaram de religião evangélica (02 famílias), suas propriedade ficam próximas da área urbana facilitando o seu deslocamento para os cultos.

Quando conversei sobre uma possível passagem do Monge José Maria, tempos atrás pela região, os treze entrevistados relataram ouvir falar alguma coisa sobre o Monge, mas não possuem nenhuma referência/tradição ou cultuação advinda desse episódio. Não utilizam

benzimento, mas fazem uso de ervas medicinais e chás quando apresentam algum problema de saúde.

Relato da A1, afirma que possivelmente seus antepassados:

pais e sogros tivessem conhecimento desse episódio, desse monge aí, mas que a nossa geração é mais moderna, portanto, não ligam muito para as tradições e ou histórias passadas.

Os hábitos musicais que as famílias mantém são voltadas para a gaita e para violão. Relatam que as gerações cultuam e passam de pai para filhos as canções utilizando gaita e violão e que em reuniões familiares, festas comemorativas, são festejadas com esses instrumentos e manuseadas, normalmente, pelos homens ou pelos filhos meninos.

As tradições gastronômicas para o dia a dia são: feijão, arroz e carne e nos finais de semana e datas especiais, sempre optam pelo churrasco ou frango caipira, maionese, nhoque e chucrute. Todas as famílias têm fogão a gás e a lenha e optam por utilizar o fogão a lenha para a preparação dos alimentos.

Após concluir a temporada de aproximadamente 30 dias em campo retorno para Florianópolis, local onde atualmente tenho família e bolsa de pesquisa em Projeto da UDESC.

No presente capítulo procurei apresentar, ainda que minimamente, a dinâmica territorial rural estabelecida pelos agricultores familiares em Rio Negrinho. Certamente que o recorte territorial estabelecido apresentou apenas uma parte dessa realidade. Porém a partir dos dados coletados em campo, é possível observar um panorama dos principais desafios/gargalos a ser superado pelo meio rural na contemporaneidade, principalmente no Planalto Norte Catarinense onde a área agrícola possui significativo peso na economia e na área social através da geração de emprego e renda aos cidadãos. Como pano de fundo, apresento parcialmente os desafios da juventude rural (sucessão familiar), a questão de gênero e a pluriatividade das famílias rurais.

CAPÍTULO III

UM RETRATO DA TEORIA E PRÁTICA: NOVAS PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O MEIO RURAL NO TERRITÓRIO DO PLANALTO NORTE CATARINENSE

Neste capítulo apresento a minha análise dos dados, coletados em campo, aliando e articulando com a revisão teórica e temática, com o propósito de trazer respostas às perguntas de partida as quais me propus com a pesquisa. O objetivo deste capítulo é também apontar caminhos e ou apresentar os desafios a serem enfrentados e superados nas próximas décadas no meio rural no município de Rio Negrinho e em todo o Território do Planalto Norte Catarinense.

Retomando as perguntas de partida, sabendo que me propus a pesquisar: 1) Como se dá o processo de cooperativismo no meio rural em Rio Negrinho? 2) Qual a importância da agricultura familiar na estruturação econômica do município de Rio Negrinho? 3) Qual/quais foram as transformações/mudanças ocorridas no meio rural nas últimas duas décadas? 4) Em que medida a identidade cultural interfere na organização do espaço?

Na sequencia faço uma explanação sobre cada uma das questões, como ela se apresenta e como elas se articulam entre si.

Como se dá o processo de cooperativismo no meio rural em Rio Negrinho?

Com relação aos processos cooperativos no município, é visível a dificuldade para o trabalho de forma cooperativa. Provavelmente, o resultado seja o número limitado e reduzido de cooperativas no município, especialmente ligadas à agricultura familiar que eram o nosso foco da pesquisa.

Foram identificadas apenas duas iniciativas existentes, embora na entrevista com os técnicos da secretaria municipal de agricultura ficou-se sabendo que o número de iniciativas já foi maior. Porém, o “medo” e a “desconfiança” por trabalhos de forma cooperada acabam restringindo novas iniciativas e até mesmo a manutenção das existentes.

Foi possível também identificar a falta de trabalhos cooperativos entre os agricultores da COOPERINE. Não se identificou trabalhos de cooperação mútua entre os cooperados, seja através de plantações, colheitas e ou para mutirões comunitários. Entre os entrevistados foi possível identificar apenas a disponibilidade de tempo para trabalhos comunitários voltados para festa nas igrejas das comunidades.

Os trabalhos associativos/cooperativos são uma tradição dos agricultores familiares, herdados historicamente desde os primeiros camponeses que já tinham uma cultura de trabalhos solidários e cooperados. Retomando Singer (2010), onde afirma que “a prática de cooperação, desde o início, se dava naturalmente com a organização de mutirões e troca do excedente de alimentos produzidos para o consumo”. O trabalho cooperativo tem forte influência no sucesso ou no fracasso dos empreendimentos voltados à agricultura familiar e assentamentos rurais.

Diante do exposto e de todo o estudo em campo e bibliográfico posso afirmar que a falta de trabalho cooperativo pode também estar atrelada à cultura europeia presente na maior parte das famílias agricultoras do município de Rio Negrinho, especialmente no recorte da pesquisa. É nítido o individualismo pelas famílias ligadas a COOPERINE e a falta de hábito para trabalhos cooperativos/associativos que marcam historicamente o meio rural de Rio Negrinho e também de São Bento do Sul (pois até 1953 essas famílias pertenciam em significativa parte à colônia de São Bento do Sul).

Mas principalmente as experiências negativas e a cultura individualista são resultados do modo de produção capitalista vigente em nossa sociedade, que dissemina a cultura da competição, do êxito individual, da exploração, da exclusão social e outros.

Afirmo isto com base nas entrevistas que realizei com os técnicos que atuam junto às famílias de agricultores do município e através da identificação que realizei através das visitas em campo. Retomando Laraia (1986), sabendo que “o homem é fruto do meio cultural em que está inserido, sendo o herdeiro de um processo que acumula conhecimentos e experiências dos indivíduos anteriores a ele”, é que se identifica essa presença marcante da falta de cultura cooperativa predominante no município que vem historicamente sendo construída e fortalecida.

Apesar das famílias serem filiadas à COOPERINE, muitas não acreditam no trabalho cooperativo ou apenas se associaram para garantir a venda para a merenda escolar de uma produção excedente na propriedade.

É possível também identificar certa disputa entre as famílias, onde o desejo para que

um não progrida mais do que o outro seja uma consequência da falta do trabalho cooperativo. São atitudes e pensamentos de uma cultura local que está enraizada nas famílias rurais de Rio Negrinho, fruto de um processo histórico.

Há de se destacar também que iniciativas mal sucedidas ligadas ao cooperativismo e que deixaram muitas famílias desacreditadas no processo, principalmente entre os anos de 1980 e 1990 (período em que houve a atuação de grandes cooperativas no município e em todo o Planalto Norte e que por má gestão ocasionou o endividamento de diversas famílias), e até hoje muitas dessas famílias e outras temem o trabalho cooperativo e muitas não querem sequer ouvir falar no cooperativismo, tamanha foi a experiência negativa vivenciada onde alguns pagam o preço até hoje (dívidas com o banco). Esse histórico de insucesso pode estar ligado também ao processo ter ocorrido de cima para baixo, experiências negativas, pouco envolvimento e informação para os agricultores envolvidos, o que ocasionou em praticamente duas décadas de poucos trabalhos na forma cooperativada.

Aos poucos acredito que se houver um trabalho de sensibilização e estímulo junto às famílias de agricultores, com a colaboração de técnicos da EPAGRI, Prefeitura municipal e outras entidades que atuam ou possam vir a atuar no município, possa ser novamente introduzido e ou resgatado o trabalho cooperativo com resultados positivos.

Para isto será preciso resgatar experiências que deram certo e as que não tiveram êxito e realizar um planejamento conjunto, nos moldes do diagnóstico realizado pela Epagri Gerência de Canoinhas no ano de 2005. Também é crucial o acompanhamento integral das famílias e de toda a cadeia produtiva, desde a compra de insumos, produção, beneficiamento e venda.

Deverá ser um processo transparente e participativo, com todos os interessados e ou cooperados, para que aos poucos as famílias possam ganhar confiança entre si e possam ter sucesso e ampliar as possibilidades de comércio.

Vale destacar que através de trabalhos cooperativos, no caso da agricultura, é possível ampliar o mercado, a oferta de produtos e barganhar na compra de insumos e maquinários em conjunto, além de diversos outros benefícios que poderia aqui se pontuar.

Qual a importância da agricultura familiar na estruturação econômica do município de Rio Negrinho?

A agricultura tem peso econômico significativo para o município de Rio Negrinho, da mesma forma que em todo o Território do Planalto Norte Catarinense.

Embora a contribuição econômica do setor agropecuário seja considerável, não há como afirmar que o valor arrecadado decorra em grande parte da contribuição da agricultura familiar pois é sabido que na composição agropecuária entram também valores gerados pelo agronegócio. É válido reforçar que o município é grande produtor de grãos.

Em termos de emprego, ou de trabalho temporário, o setor do agronegócio ocupa menos mão de obra do que a agricultura familiar, em virtude da mecanização em toda a cadeia, que inicia desde a produção, colheita e venda.

De acordo com dados de jornal de circulação local, datado de 30 de novembro de 2018, o município encerraria o ano com saldo positivo de emprego em 597 novos postos de trabalho formal criados, segundo dado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED do Ministério do Trabalho. Porém, todos os postos abertos e gerados são na área da indústria, o que demonstra uma priorização e valorização para políticas industriais. Há um grande esforço em atrair novas indústrias e empresas para o município e pouca ou nenhuma valorização ou incentivo para a criação de empregos na área agropecuária no setor da agricultura familiar.

Certamente, é sabido que os municípios brasileiros estão enfrentando uma grande crise na arrecadação de impostos e em nível brasileiro o índice de desemprego é um dos maiores dos últimos 10 anos. Então, há uma disputa acirrada para atrair investimentos de empresas para pequenos municípios, principalmente para dar conta de minimizar os efeitos que eles vêm enfrentando. Mas não se tem observado e nem valorizado o potencial que há na agricultura que também poderia estar sendo agregado e gerando novas receitas e renda tanto para os municípios quanto para os seus habitantes.

Há uma ausência no comprometimento e formulação de políticas públicas municipais voltadas para o setor (que poderiam ser subsidiadas com a parceria do Governo do Estado e do Governo Federal), no estilo “Programa Porteira Adentro”, possibilitando aos agricultores diversificarem e ou ampliarem suas áreas, sua produção, seu escoamento e dessa maneira gerando novos postos de trabalho na área rural, evitando êxodo rural e valorizando sua vocação econômica.

Identifica-se ainda, principalmente a nível municipal, a necessidade de assistência técnica eficiente e efetiva, atualmente o município possui um engenheiro agrônomo em seu quadro efetivo e um na EPAGRI para um retrato de 3.498 agricultores no município, de acordo com o Censo 2010. Assim, se poderia dizer que cada técnico tem em média 1.750 moradores a serem visitados ou cerca de 401 propriedades (dados INCRA, 2018) a serem atendidas (considerando o número de propriedades cadastradas com até 20 hectares).

Sabendo que as funções de ambos os técnicos não são apenas de assistência técnica, identifica-se por intermédio das entrevistas realizadas com os cooperados da COOPERINE que “é de contar nos dedos a quantidade de vezes que o técnico da prefeitura passou aqui” (A9).

Neste aspecto identificamos a falta de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. De maneira alguma se poderia dizer que os técnicos é que não se interessam em atender os agricultores do município, muito pelo contrário, seria humanamente impossível realizar um trabalho efetivo passando uma vez ao ano na propriedade isso ainda quando fosse possível passar tendo um número tão limitado de profissionais.

Como então manter a agricultura familiar forte e resistente ao agronegócio, que possui recursos e subsídios para sua expansão?

Não fossem os movimentos sociais ligados aos agricultores, que resgatam a sua valorização e mantém suas raízes, através da busca de apoio e alternativas para se manterem ainda em suas propriedades e produzindo, talvez não estariam resistindo a essa esmagadora fonte de produção que é o agronegócio.

A própria população tem um papel fundamental nessa luta. É preciso abraçar a causa e brigar por alimentos limpos, alimentos livres do uso de defensivos e fertilizantes sintéticos que têm contaminado o meio ambiente e coloca em risco a própria existência humana.

A reciprocidade existente no meio rural, na troca entre produtores da comunidade, está presente entre agricultores familiares. É possível também identificar a reciprocidade na feira municipal onde o consumidor opta pela compra de produtos de determinado agricultor, por conhecer sua forma de produção, valorizando e fortalecendo o vínculo.

Qual/quais foram às transformações/mudanças ocorridas no meio rural nas últimas duas décadas?

Para dar conta de responder a essa pergunta de partida, a qual me propus a pesquisar, faço uma breve abordagem das diferentes realidades encontradas no meio rural e onde aponto as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas.

Até o momento de minha saída em campo, não tinha conhecimento do que encontraria. Embora anteriormente já tivesse vivenciado e realizado um trabalho intenso no meio rural não poderia descrever antecipadamente o que me aguardava. Eu poderia encontrar de forma relevante transformações ligadas à área social, econômica, ambiental, cultural, física, estrutural ou outras, pois o campo é dinâmico e estamos em constante mudança.

Apresento as mudanças que destaco e considero as mais relevantes para a realidade encontrada, que trato como temas transversais no decorrer de toda a pesquisa e que estão intrinsecamente ligadas à temática rural.

A primeira evidência é em relação à juventude no meio rural e à questão da sucessão geracional. O que autores como Stropassolas (2006) e Brumer (2007) apresentaram em seus estudos e as diferentes possibilidades em categorizar a juventude citadas por Pais (1990) e Novaes (2006), fica perceptível em campo como isso vem ocorrendo.

Especificamente para a juventude rural, acredito que uma das estratégias para manutenção dos jovens no meio rural seja a necessidade da sua profissionalização para atuarem em suas comunidades. Profissionalização para além da produção agrícola, mas também para outros serviços que a comunidade faz uso e muitas vezes é preciso ir até a cidade para encontrá-lo (é o caso de cabeleireiro, barbeiro, oficina mecânica, costureira e outros - uma profissionalização pluriativa, para além da função produtiva na propriedade) como uma forma de garantir a permanência dos agricultores no meio rural, em especial os jovens, pois se evidencia que o campo está “envelhecendo” e até mesmo “esvaziando” no município de Rio Negrinho contribuindo desta forma para o agravante da questão social da sucessão familiar.

Os centros urbanos, geralmente, oferecem melhores condições para jovens e adultos cursarem cursos técnicos, superior e muitos de forma gratuita ou com possibilidade de subsídio financeiro. Porém, o jovem rural também precisa acessar o serviço em suas comunidades, cursos técnicos, de qualidade e gratuito, mas sem a necessidade do mesmo ter que vir até o centro urbano para cursá-lo, preferencialmente.

As oportunidades devem ir até o público-alvo. A realidade em que os jovens estão inseridos deve ser levada em conta quando se estrutura uma ementa curricular para cursos técnicos e específicos para esse público. Políticas neste sentido são necessárias e certamente também contribuem para que os jovens criem raízes e fortaleçam seus laços com o meio rural.

O jovem rural ao se identificar com a ementa que está sendo proposta, entende que essa é sua necessidade e de sua comunidade, sente-se valorizado quando coloca em prática algo realmente útil e necessário a ele e toda a comunidade na qual está inserido.

Assim como a profissionalização se torna necessário, nos entremeios das falas coletadas com as entrevistas, é necessário investimentos para Assistência Técnica e Extensão Rural de forma permanente. A juventude rural, durante muito tempo, esteve invisível e qualquer iniciativa que fosse experimentada não tinha apoio, nem técnico, nem de recursos financeiros.

O Governo do Estado de Santa Catarina, através do Programa SC Rural, entre os anos de 2014 e 2018 realizou capacitação para jovens rurais. O programa também previa o financiamento de empreendimentos rurais que tivessem potencial de expansão e de sucesso. No município de Rio Negrinho e no Território do Planalto Norte não se evidenciou nenhuma Política Pública de apoio no sentido de aporte financeiro (pelo menos não que fosse voltado para projetos com público/investidor jovem).

O PRONAF, principal programa do Governo Federal voltado para apoio financeiro aos agricultores (financiamento), possui uma rubrica específica para os jovens. Mas há relatos de que os jovens não conseguem acessar o crédito por não ter como “dar garantias” (terrenos, carros, motos) ao banco, frustrando-se muitas vezes em iniciar qualquer negócio de forma independente, ficando à mercê de seus pais que acabam por incentivar o filho a permanecer junto com ele na produção conjunta com pouco ou nenhum incentivo para que ele comece a ter seu próprio negócio no meio rural ou que ele migre para a cidade em busca de uma vida melhor.

No município, destaco a presença de um projeto capitaneado pela iniciativa privada (Empresa cujo objetivo é o de “desenvolver as competências pessoais e profissionais de jovens de baixa renda, com vistas à sua inserção, manutenção e ascensão no mundo do trabalho” (portal: www.projetopescar.org.br).

A profissionalização é da modalidade Jovem Aprendiz com benefícios do jovem participante:

- Participa do Projeto Pescar e tem seu primeiro contrato de trabalho;
- Acelera seu processo de interação com o universo do trabalho;

- Transforma sua vida, repercutindo também no seu núcleo familiar, já que terá uma renda enquanto participa do Projeto;
- Ao conviver com a cultura organizacional, o jovem amplia os conhecimentos sobre o mundo do trabalho; – Ao final do curso, os jovens recebem um certificado de Qualificação Profissional e podem ser contratados como colaboradores pela empresa (Projeto pescar 2018)

Posso destacar que, neste caso, a profissionalização é específica para o mercado de trabalho empresarial com ênfase para o setor madeireiro/papel do município. É necessário, porém, oportunizar uma profissionalização específica para as necessidades do meio rural, para que os jovens possam se qualificar e atuar para além da produção agrícola e possam permanecer em suas comunidades.

Não há nenhuma evidência de que o projeto atenda ou priorize jovens do meio rural, como se as famílias de baixa renda apenas concentrassem no meio urbano. Como fazer chegar essa informação aos jovens do meio rural, de projetos aos quais poderiam estar se integrando? Quais as estratégias necessárias de informação para que os jovens do campo estejam integrados na mesma velocidade e intensidade das informações que os jovens do meio urbano?

É preciso também garantir condições aos que assim desejarem permanecer no campo e investir na produção agrícola: acesso a financiamento de máquina, equipamentos e aquisição de áreas rurais (primeira terra ou expansão da área que já se tem). Ter assistência técnica e apoio a projetos no campo para o público jovem (recurso financeiro voltado para empreendimentos propostos por jovens agricultores rurais) são alguns dos desafios a se pontuar e que devem ser superados pela juventude rural contemporânea.

Nota-se um movimento pendular característico da realidade do Território do Planalto Norte Catarinense onde o jovem mantém sua residência fixa na área rural, passando a semana fora (área urbana), trabalhando de forma assalariada e retornando para casa nos finais de semana, o chamado rural-urbano-rural, sem perder totalmente seus vínculos e sua identidade.

Entendo ser necessário haver uma forma de incentivo, ou pelo menos de reconhecimento para que ele (o jovem) não deixe de retornar às suas origens, ou que seja atraído pela permanência na área urbana (fixar residência).

Políticas públicas específicas para jovens no meio rural são iniciativas que acredito serem necessárias com o objetivo dos jovens permanecerem em suas origens, possam sentir orgulho e sintam-se valorizados por sua condição de jovem rural.

É preciso mais do que isto! Até o momento, destaquei a necessidade de políticas específicas para inserir os jovens no mercado de trabalho em suas comunidades, valorizando

a pluriatividade.

Mas reforço que esta situação já está consolidada. É preciso repensar as gerações que estão nascendo e crescendo, é preciso reverter o quadro e garantir que as crianças que estão sendo formadas, sejam educadas de forma diferente, para que “criem” gosto e valorizem sua identidade rural e, portanto valorizem e queiram permanecer no meio rural.

Neste sentido, reforço a necessidade de uma melhor compreensão do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, principalmente o Art. 60 aonde afirma: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”. Para que as crianças/jovens do meio rural possam estabelecer uma relação de apoio ao trabalho dos pais, para que possa desenvolver laços com a terra, com o local em que vive e que sinta desta forma o desejo de permanecer ali.

Em campo, o que eu ouvi e vi foi de que os pais têm medo de levar os filhos para a roça, seja para auxiliar em pequenos serviços, seja somente para os acompanhar: “*Temos medo que venha a fiscalização, o conselho tutelar e nos multe. Então não conseguimos ensinar o que aprendemos dos nossos pais para os nossos filhos*”, afirmou A5.

Quando eu digo, compreender o ECA poderia ser uma melhor orientação para os técnicos que atuam em conselho tutelar, sejam para profissionais do ministério do trabalho, sejam para os próprios pais e professores com relação à questão do “trabalho infantil no meio rural”. Não podemos considerar “trabalho infantil” que os pais queiram dar uma educação moral, ética e que possam repassar os seus saberes desde pequeno aos seus filhos. A transmissão do seu conhecimento e saberes deve ser iniciada ainda na fase de formação da criança (a partir dos 6 anos).

A sucessão familiar é uma questão social. Uma questão social que está invisível aos olhos dos governantes e dos formuladores de políticas públicas.

Certamente, o agronegócio traz maior renda e arrecadação aos municípios. Também é sabido que o agronegócio emprega menos e acarreta maiores danos ao meio ambiente e não tem as características e valores sociais culturais e ambientais da agricultura familiar, que valoriza o modo de produção, valoriza a terra, valoriza a família e fortalece seus vínculos. Sendo o agronegócio importante para a economia do país, é também importante na mesma proporção a agricultura familiar. A segunda colabora de forma aquém da economia, ela colabora também com questões sociais, ambientais e também culturais de forma efetiva.

É preciso olhar para o agricultor familiar, valorizar e reconhecer a necessidade de sua permanência e continuação dos seus filhos nas propriedades. São os agricultores familiares que, em grande parte, produzem a alimentação dos brasileiros, principalmente os

hortifrutigranjeiros que demandam um maior cuidado, uma produção que valoriza o meio ambiente, fortalece e preserva as nascentes, protege as águas e a floresta pois sabem que a produção depende do equilíbrio natural.

Então, qual seria a alternativa para a questão social da sucessão familiar? No meu entendimento, a educação na formação dos filhos de agricultores, nos últimos anos, devido à forma como estabelece o ECA, como já apontei, tem levado à geração de crianças e jovens que preferem a cidade ao campo pois não se reconhecem como parte do processo. A escola formal tem sua grade curricular voltada para o ensino básico e as crianças da cidade estudam com as do campo. Ora, poderiam se perguntar o que isso tem a ver?

Quando a criança está em sua primeira formação, onde a referência é a escola, a escola é preparada para formar as crianças para o mercado de trabalho do capital. Como gerar crianças/jovens que queiram ficar no campo, onde toda sua referência está em estudar, se profissionalizar e conseguir um bom emprego para se dar bem na vida? Uma importante educação escolar e profissional para os jovens seria a valorização e a retomada da educação do campo, pois ela tem potencial para alterar o cenário do campo, obviamente se vier acompanhada das demais políticas públicas demandadas pelos agricultores familiares.

Esta é a política educacional contemporânea, sem distinção de alunos urbanos e rurais. Os pais na área rural não podem levar seus filhos ao campo porque caracteriza trabalho infantil.

Ora, o trabalho do agricultor familiar é baseado em saberes. Repassados de geração a geração. Como garantir que o filho permaneça no campo, que se interesse pelo cultivo da terra sem aliar à prática?

Não estou defendendo a exploração ao trabalho infantil nem tampouco estimulando as crianças a irem ao trabalho para auxiliar na renda dos pais. Estou sugerindo o estabelecimento de valores, a transmissão de saberes que os pais deixaram de repassar aos filhos nas últimas décadas o que pode, sim, ter contribuído para o aumento da falta de sucessão familiar nas propriedades rurais.

Não seria essa também uma das causas da diminuição do tamanho das famílias no meio rural? Diminuindo o número de filhos, tendo em vista que não podem auxiliar nas atividades produtivas e acabam por ser uma despesa a mais para famílias pequenas, principalmente que dependem da mão de obra familiar para garantir renda para a família, diminui a possibilidade de sucessão na propriedade. É preciso novas reflexões acerca da problemática.

Ainda com relação às transformações ocorridas nas últimas duas décadas, destaco a

questão do gênero e o papel que a mulher rural vem desempenhando. Autores como Welter (1997), Brumer (2007) e Paulilo (2003, 2010) trabalham no reconhecimento e no importante papel das mulheres junto às propriedades rurais, suas atitudes e seu protagonismo dentro de um novo contexto.

As mulheres estão desempenhando um papel que vai para além do que vinha desempenhando durante muitas décadas. Extrapolam as atividades que eram consideradas cotidianas e tradicionais de uma mulher do campo tais como os cuidados da casa, trato dos pequenos animais e cuidados da horta, e responsabilidade na educação e cuidado dos filhos.

Ela ainda realiza as atividades “tradicionais” com maestria e temos que destacar que o seu papel tem sido crucial para a diversificação da produção, conforme identificamos em campo. A pluriatividade nas propriedades geralmente ocorre quando a mulher toma frente e se dispõe a contribuir com o marido, seja para agregar renda ou até mesmo para reforçar o seu papel produtivo dentro da propriedade.

Assim como o homem, a mulher rural também tem o espírito empreendedor e vontade em fazer acontecer. As mulheres rurais atuais estão conciliando o trabalho doméstico com atividades produtivas que auxiliam na agregação de valor e renda para a família, bem como diversificando a propriedade para além de plantações, como turismo rural, produção de bolachas, geleias, queijos para venda ao consumidor.

O papel da mulher tem se modificado na contemporaneidade e a mulher rural vêm acompanhando esse desenvolvimento.

Em que medida a identidade cultural interfere na organização do espaço?

Por intermédio das entrevistas realizadas, das observações realizadas em campo e de conversas informais com agricultores pude observar a predominância da cultura de origem europeia entre os agricultores familiares em Rio Negrinho. Os relatos foram de que os antepassados vieram principalmente da Alemanha para colonizar o Brasil e foram ocupando a região de Joinville. Mais tarde, com a estrada Dona Francisca, muitos subiram a serra e vieram explorar as terras férteis e com potencial rico em erva-mate e madeira que faziam parte do município de São Bento do Sul.

Levando em consideração essa característica e histórico de potencial econômico voltados para a agricultura e setor madeireiro, a identidade cultural dos agricultores familiares em Rio Negrinho apresenta características próprias, advindas de sua colonização e passando

por diferentes transformações no mundo contemporâneo.

As suas características são advindas do meio social e cultural onde estão inseridos. Isto quer dizer que o meio influencia a forma de organização, de produção, de comercialização e toda a cadeia produtiva, conforme nos tem ensinado a teoria antropológica.

A identidade cultural do agricultor familiar que produz apenas para seu consumo e considerado desprovido de acesso ao mercado não é a característica da identidade desses agricultores familiares em Rio Negrinho ligados a COOPERINE.

A identidade dos agricultores familiares em Rio Negrinho, ligados a COOPERINE, pode refletir em uma característica a ser evidenciada em todo o Território do Planalto Norte Catarinense. Onde o agricultor familiar produz para consumo mas concentra a produção, principalmente de grãos, para o mercado. Atualmente, ele está integrado de alguma forma com o mercado (capital).

Os agricultores familiares incorporam diferentes identidades, seja pela sua necessidade, seja por influência do seu meio social e ou cultural os quais estão inseridos. Ora são considerados produtores, ora são considerados vendedores, negociadores, administradores, proprietários, dentre outras características.

Essa gama de “identidades”, pode se afirmar é resultado de um processo contemporâneo que resulta da pluriatividade e da diversificação das propriedades conforme apontado na literatura lastreada. Embora tenham ocorrido constantes transformações no meio rural nas últimas décadas, os saberes/culturas/tradições nos plantios, produções, beneficiamento continuam a ser praticados, conforme a tradição, porém em um novo contexto, uma nova realidade e pela lógica capitalista à qual os agricultores familiares hoje estão inseridos ou integrados.

Há de se caracterizar os agricultores familiares ligados a COOPERINE com pouco hábito para trabalhos coletivos e ou cooperativos. Isto resulta de um processo de experiências pouco exitosas vivenciadas pelos agricultores e seus familiares, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, que também gerou desconfiança no processo e onde também é fruto de um processo histórico econômico e social em nível territorial.

Sendo assim, o cooperativismo se apresenta como um gargalo a ser explorado e conquistado junto aos agricultores familiares para expansão da sua produção, potencializando a sua diversificação nas propriedades e garantindo uma melhor inserção no mercado atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender a identidade cultural dos agricultores familiares no município de Rio Negrinho, suas características e particularidades.

Faço uma ressalva para destacar o período histórico político em que vivíamos durante a realização deste trabalho no Brasil. Período que ficou marcado como o “Grande Golpe” contra a democracia brasileira. Onde um governo popular perde o poder através de manobras de “aliados” da direita que podemos caracterizar como um assassinato a democracia somente para usufruir poder. Quem perdeu com esse embate certamente que não foram os empresários e os donos do capital, mas sim, os cidadãos que sequer entenderam o que estava ocorrendo, pela manipulação desenfreada das mídias através da televisão e internet. Muitos, até hoje, não entenderam o que ocorreu e sequer possuem entendimento para dialogar sobre os acontecimentos com clareza. Houve denúncias de corrupção, houve denúncias políticas sem provas concretas. O resultado certamente serão colhidos nos próximos períodos, sejam eles o enfraquecimento dos movimentos sociais, enfraquecimento das políticas públicas voltadas para cidadãos mais vulneráveis, enfraquecimento da busca por direitos iguais para toda a população brasileira.

Período onde também acontece a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e onde foi criada a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, demonstrando assim, a pouca valorização e até mesmo a invisibilidade do público-alvo das políticas públicas do MDA, a saber agricultor familiar e também assentados da Reforma Agrária, quilombolas, extrativistas e outros.

A pesquisa foi inspirada na vivência no meio rural do Território do Planalto Norte Catarinense e pela necessidade de compreender a dinâmica e o processo cooperativo daquele espaço.

Como característica do “Retrato do Meio Rural” a partir do município de Rio Negrinho destaco que as propriedades observadas se dividem em hortifrutigranjeiros (principalmente sob responsabilidade da mulher que é sócia da cooperativa) e plantação de soja e ou milho (sob responsabilidade do marido).

A agricultura familiar é presente e suas particularidades estabelecidas sendo possível identificar uma agricultura familiar estruturada, com infra-estrutura (mecanização em nível

básico) e acesso a comercialização (mercados).

Não podemos afirmar que a agricultura familiar no município de Rio Negrinho, bem como em todo o Território do Planalto Norte Catarinense, está fadada ao seu desaparecimento nas próximas décadas, mesmo observando que o mundo rural vem constantemente sendo submetido a lógica do modo de produção capitalista. Os agricultores familiares tem encontrado formas de adaptação, resistência e se molda na mesma medida em que surgem novas realidades. A agricultura familiar está em constante transformação.

A identidade cultural da agricultura familiar em Rio Negrinho junto a COOPERINE é pautada na resistência pelo trabalho em forma cooperativo/coletivo devido ao processo histórico vivenciado no Território.

A ruralidade encontrada junto ao nosso recorte de pesquisa, ou seja cooperados da COOPERINE diferem da situação vivenciada pelos sete assentamentos que ficam distante aproximadamente 40 km da sede do município, onde é possível observar a existência de caboclos que considero uma informação relevante e sinal de luta e resistência do campesinato, levando em consideração que há pouca ou nenhuma infra-estrutura disponível para que possam produzir e a mecanização é praticamente ausente .

É marcante a presença de trabalhos pluriativos, onde em significativo número, frente ao processo está o protagonismo e a forte atuação da mulher.

Esta presente a valorização por parte dos pais para que os filhos permaneçam no meio rural e continuem a produção na propriedade. Tendo sido valorizado a produção própria e o consumo de alimentos saudáveis e apontado como responsável por níveis de saúde satisfatório vivenciado pelos membros da família.

Quanto aos desafios relativos ao trabalho cooperativo/associativo, torna-se necessário e emergente, um intenso trabalho de sensibilização para o conhecimento real dos benefícios e oportunidades que o processo coletivo/cooperativo pode trazer para as famílias de agricultores rurais. Também se faz necessário um apoio de extensão rural, incluindo estudos de mercado que possibilite aos agricultores o aprimoramento da produção e a criação de novos produtos.

Com relação ao problema contemporâneo de sucessão geracional, o qual está estabelecido em todo o país e não difere neste campo, evidencio que, assim como no meio urbano, os filhos poderiam estabelecer algum trabalho auxiliar de acordo com suas realidades e necessidades em cada família. Mas a atual legislação não permite o trabalho infantil, mesmo sob supervisão dos pais para uma transmissão de saberes caracterizando-se como exploração

infantil. Observo aqui um gargalo ainda a ser superado em termos de legislação brasileira, um condicionante importante para a sucessão geracional.

Quando os filhos iniciam desde pequeno seu aprendizado e pegam o “gosto” pela “lida” na roça, estabelecem naturalmente uma relação com a terra e sua vontade em permanecer naquela área (rural) depende dos vínculos por quais ele vai criar durante esse processo, tanto com a sua comunidade quanto com a terra.

Talvez essa possa ser a explicação da dificuldade na sucessão geracional, que se apresenta como um gargalo a ser superado e a estratégia na busca de novas alternativas para que os jovens optem por construírem suas futuras vidas no meio rural.

Com relação ao gênero, como não era a pretensão esgotar o assunto com essa pesquisa, deixo como sugestão para que outros pesquisadores venham a se debruçar sobre o assunto, a busca da visão do homem rural frente a esta nova condição da mulher, a condição de mulher rural empreendedora, cooperativada, que desenvolve com maestria todas as suas funções tradicionais (tarefas domésticas, criação dos filhos) e ainda se destaca na propriedade com a pluriatividade gerando novas fontes de renda e agregação de valor para a família. A cada dia o papel da mulher vem incorporando novas atribuições, ampliando sua jornada de trabalho para além das atividades domésticas e de responsabilidade na criação dos filhos, demonstrando a força do modo de produção capitalista, cuja lógica não se satisfaz com a subsunção do trabalho, agora busca a subsunção da vida do trabalhador e trabalhadora rural (no meio urbano isso já é realidade há tempos), o que denominamos de “capitalismo biocognitivo”.

A ausência de políticas públicas efetivas frente as problemáticas elencadas dessa nova ruralidade contemporânea precisa ser colocada em pauta pelos governantes de forma emergente. Sob o risco de um esvaziamento cada vez maior do meio rural, baixa produção de alimentos saudáveis entre outros agravantes que são resultados dessa falta de valorização que o meio rural tem vivenciado.

Manifesto ainda o desejo que este trabalho possa chegar às mãos da população que representa o público-alvo do estudo (agricultores familiares) como um subsídio para se auto-reconhecerem e para que possam traçar caminhos futuros para o meio rural, como autores de sua própria história.

Também aos nossos governantes, tanto a nível municipal, estadual quanto federal, com o objetivo de que o trabalho possa ser utilizado como um dos vetores para reconhecer a agricultura familiar, como uma parcela importante da população brasileira e que, portanto, enquanto sujeitos de direito e deveres, reforço a necessidade de políticas públicas específicas

para esse público do meio rural com garantias de qualidade de vida e a possibilidade de que continuem a produção de “alimentos de verdade” para toda a população brasileira.

Bibliografia Citada

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Hucitec: Editora da Unicamp, 1992.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.** Brasília/DF. Uma nova extensão para a agricultura familiar – anais. PNUD, 1997. 222p.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).** Brasília: Fipe, Ipea Nacional, 1999. (Texto para Discussão, n. 641).
- ABRAMOVAY, Ricardo; MORELLO Thiago Fonseca. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. In: **International Conference Dynamics of Rural Transformation in emerging economies.** New Delhi, India. Conference Report. New Delhi: [s.n], 2010. 25, 2010. Pp. 14-16.
- AGUIAR, Vilênia.; STROPASOLAS, Valmir. As problemáticas de gênero e geração nas comunidade rurais de Santa Catarina. In: SCOOT, PARRY,; CORDEIRO, ROSINEIDE; MENEZES, M. (Ed.). **Gênero e geração em contextos rurais.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- ANJOS, Flávio Sacco. **Agricultura Familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba (SC).** Pelotas, UFPEL (1995).
- AMUNESC. **Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina.** Disponível em <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/variavel/codMunicipio/219/codIndicador/482/ano/2019>. Acesso em 05 jan. 2019.
- ANDRADE, Rodrigo Borges. de. Práticas sócio-culturais e religiosas: elementos constituintes do lugar. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares.** Goiânia: Vieira, 2008. Pp. 166-203.
- AQUINO, Joacir Rufino de.; SCHNEIDER, Sergio. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. **Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a pobreza e a desigualdade.** Natal, 2010.
- ARKLETON, Trust. **Adaption des ménages agricoles en Europe Occidentalle: rapport final du Programme de Recherche sur les Structures et la Pluriactivité des Ménages Agricoles.** Luxemburg, Comission Européenne, (1992).
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.** Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-negrinho_sc. Acesso em 05 jan. 2019.
- AURAS, Marli. **Guerra do contestado: a organização da irmandade cabocla.** 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1995.
- BARBIERI, Teresita de. **Sobre a categoria gênero: uma introdução teórico-metodológica.** Recife: S.O.S. Corpo, 1993.
- BARTH, Fredrik. “Grupos étnicos e suas fronteiras” in: POUTIGNAT, P. &

STREIFF- FENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BITTENCOURT, Gilson Alceu; BIANCHINI, Valter. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**, Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BONI, Valdete. **Produtivo ou reprodutivo: o trabalho das mulheres nas agroindústrias familiares**. Dissertação de mestrado. PPGSP/UFSC, Florianópolis. 2005.

BONNAL, Philippe.; CAZELLA, Ademir. A.; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. Rio de Janeiro, **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.16, n°2, 2008. Pp. 185-227

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. **Costumes e Usos da Terra pela População Cabocla do Planalto de Santa Catarina**. Mercator, v. 13, n. 2, 2014.

BRUMER, Anita et al. **Como será o campo amanhã? A situação dos jovens rurais do oeste catarinense numa perspectiva de gênero**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Departamento de Sociologia/URGS, p. 42, 2007.

BRUMER, Anita. Os jovens e a reprodução geracional na agricultura familiar. In: MENEZES, M.A; STROPASOLAS, V. L; BARCELLOS, S. (Ed.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014. Pp. 215-234.

BUAINAIN, Antonio M. **Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: Questões para Debate**. Brasília. IICA:2006.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os (des) caminhos da identidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 15, n. 42, 2000.

CARMO, Rita B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**, 1999 Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade: uma resposta à crise da agricultura familiar? In: **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro, Contracapa Livraria, 1988. Pp. 148-170.

CARNEIRO, Maria José. “Pluriatividade no campo: o caso francês”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 11 (32): 89-105, São Paulo, Out, 1996.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis. Ed Vozes. 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. “Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural”. In: **VII Congreso Latinoamericano de Sociología rural**, 2006, Quito. Memória del VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, 2006.

CHAYANOV, Alexander. V. **La Organización de la Unidad Económica**

- Campesina.** Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires, 1974.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo.** Reterritorialização e identidade territorial. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 1, 2010. Pp. 165-180.
- CLAVAL, Paul.** **A geografia cultural.** Florianópolis: UFSC, 2007.
- CUERVO-Fernandéz, Ivón Natalia.** **Jovens Rurais e seus vínculos com El Garzal, um território colombiano em conflito.** Dissertação de mestrado – PPGPLAN/UDESC. Florianópolis, 2017.
- EPAGRI.** **Estudo sobre experiências comunitárias existentes no Território do Planalto Norte e Meio Oeste de Santa Catarina.** Canoinhas, 2005.
- FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros ECT alii.** **A mulher do semi-árido nordestino, a agricultura familiar e o sindicalismo: uma discussão em seminário.** Disponível: <http://proasne.net/DiaIntdaMulher1.pdf>, 2003. Acesso em 05 jan. 2019.
- FORACCHI, Marialice.** **Juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Pioneira, 1972.
- FRASER, Nancy.** Multiculturalidad y equidad entre los gêneros: un nuevo examen de los debates em torno de la “diferencia” en EE. UU. **Revista do Ocidental.** Madrid, Espanha n. 173. Outubro de 1995.
- FULLER, Anthony M.** “**Part-time farming: the enigmas and realities**”, in H. Schwarzeweller, research in rural sociology and development, Connecticut, Jai Press, 1984.
- FULLER, Anthony M.** “From part-time to pluriactivity: a decade os change in rural Europe”. **Journal os Rural Studies**, 6 (4): 361-373, Londres, 1990. Pp. 361-373.
- GAERTNER, Francielle C. MARTINS, Pedro.** A pluriatividade como estratégia de permanência no meio rural. **VIII Simpósio Internacional de Geografia e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária.** Curitiba/PR, 01 a 05 de novembro de 2017.
- GODOI. Emília Pietrafesa de. MENEZES, Marilda Aparecida de. MARIN, Rosa Acevedo (Orgs).** **Diversidade do campesinato: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. Coleção História Social da Agricultura.** São Paulo, UNESP, Brasília, NEAD/MDA, 2009.
- GOODE, William J. & HATT, Paul K.** **Métodos em Pesquisa Social.** 4 ed. São Paulo: Nacional, 1972.
- GRAZIANO DA SILVA, José.** **O novo rural brasileiro.** Campinas, Unicamp, Instituto de Economia (coleção Pesquisas 1), 1999.
- GRISA Catia.** **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias.** Tese de Doutorado - Ciências Sociais/ CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2012.
- GROOPPO, Luíz Antonio.** **Juventudes: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas.** Rio de Janeiro, DIFEL, 2000.

GUANZIROLI, Carlos; CARDIM, Silvia Elizabeth. (Coord.). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto.** Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000. Pp. 103-133

JOLLIVET, Marcel. **Pour une science sociale à travers champs.** Paris: Arguments, 2001.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** 3. ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KORMANN, José. **História de Rio Negrinho.** Gráfica São Bento, 2012.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** Tradução Marie-Agnès Chauvel. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge “Zahar Ed, 2001.

LE, Mathias Bossé. As Questões de Identidade em Geografia Cultural – algumas concepções contemporâneas. IN: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDALH, Zeny (orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade.** Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

LEMOS, Silse Teixeira de Freitas. **A face oculta do caboclo de Curitibanos, Santa Catarina, perdas e rupturas em sua peregrinação da economia de subsistência para o trabalho precarizado.** Tese de Doutorado – Serviço Social/PUC. Curitiba, 2006.

LENGERMANN, Patrícia; NIEBRUGGE-BRANTLEY, Jill. Teoria Feminista Contemporânea. In: RITZER , George. **Teoria Sociológica Contemporânea.** 3 edición: Mc Graw-Hill, Intamerica, Espanã, S.A. 1993.

LOCKS, Geraldo Augusto. **Identidade dos Agricultores Familiares “Brasileiros” de São José do Cerrito/SC.** Dissertação de mestrado – PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1998.

LOPES, Raul. **Competitividade, Inovação e Territórios.** Oeiras (PT): Celta, 2001.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** Editora da UNICAMP. 2004.

MARAFON, Gláucio José. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. **Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, fev. 2006. Pp. 17-60.

MARSDEN, Terry. “Towrds the political economy of pluriactivity”. **Journal of Rural Studies**, 6, Londres, 1990. Pp. 375-382.

MARTINS, Pedro. **Anjos de Cara Suja.** Petrópolis: Vozes, 1995.

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília: MDA, 2005.

MENDEZ, Marlon. Movilidad rural-urbana-rural en el marco de las interacciones entre el campo y la ciudad. In: MARTINS, P.; ÁVILA SÁNCHEZ, H.; WELTER, T. (Eds.). **Território e sociabilidade: relatos latinoamericanos**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2012. 272 p.

MENDRAS, Henry. **La fin des paysant**. Paris: Actes Sud, 1967.

MENDRAS, Henry. **Sociedades campesinas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MIGUEL, Ana de. “Feminismos” in: **10 palabras claves sobre mujer**. Navarra, Eud. 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra: parentesco e herança**. São Paulo: Hucitec, 1978.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social**. 23.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. “Agricultura familiar: questões metodológicas”. **Revista Reforma Agrária**, 25, maio/dez, Campinas, 1995. Pp. 21-37.

NEVES, Delma Pessanha. “Agricultura Familiar e mercado de trabalho”. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 8, abr, Rio de Janeiro, 1997. Pp. 7-25.

NEWBY, Howard, Presentación: la familia y la explotación agraria, in Arkleton Research, **Cambio rural en Europa**, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1987. Pp. 155-161.

NOVAES, Regina. “Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias” in: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes & EUGENIO. Fernanda (orgs.). **Culturas Jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006. Pp. 105-120

OLIVEIRA, Nivaldo Simões de. **Rio Negrinho – SC: Raízes da comunidade**. Gráfica Odorizzi, 2001.

PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude – alguns contributos**. Análise Social, Vol XXV (105-106), 1990. Pp. 139-165.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO e SCHMIDT. **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez S. “O peso do trabalho leve” in: **Mulheres Rurais. Quatro décadas de diálogos**. Florianópolis: EdUFESC, 2016. Pp. 105-115.

PINHO, D. B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PLOEG, Jan Douwe Van der. “O modo de produção camponês revisitado”. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

POLI, Jaci. Caboclo: pioneirismo e marginalização. **Revista Cadernos do Ceom**, Chapecó, v. 19, n. 23, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO. Gêneros alimentícios – Merenda Escolar (**Chamada Pública 002/2017**). Disponível em <http://www.rionegrinho.sc.gov.br/busca?q=Merenda+Escolar+%28Chamada+P%C3%A9+ic+a+002%2F2017%29>. Acesso em 05 jan. 2019.

QUEIROZ, Maria I. P. **Uma categoria rural esquecida**. [1963] In: WELCH, C. et al. (org.). Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo. **Messianismo e Conflito Social** (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). 2 ed. São Paulo: Ática, 1977.

RENK, Arlene Anelia. Territorialidade e ambientalização entre os caboclos. In: **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011. Pp. 135-145.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **As invenções de migrantes**. Travessia: Revista do Migrante, ano 6, n. 17, set/dez 1993.

ROSENDAL, Zeny; CORRÊA, R. L. In: ROSENDAL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço (Série Geografia Cultural)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. Pp. 7-13.

SALLUM Junior, B. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2003. Pp. 35-55.

SCHNEIDER, Sérgio. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, 24 (3), set/dez, Campinas, 1994. Pp. 106-132.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, Sérgio. “Agricultura familiar e pluriatividade”, in: **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003a. Pp. 73-109.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** – Vol. 18, n.51, 2003b. Pp.99-192.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política** 30 (3): 2010. Pp. 511-531.

SCOTT, Joan Scott. Gênero: **Uma categoria útil de análise histórica**. Recife, SOS/CORPO, 1989.

SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera** – Ano 8, n. 7. Julho/Dez 2005.

SINGER, Paul. **A Recente Ressurreição da Economia Solidária no Brasil** (2010). Disponível em www.ces.uc.pt/emancipa. Acesso em 04 de abril de 2019.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo Rural no Horizonte dos jovens**. Florianópolis:

EdUFSC, 2006.

THOMÉ, Nilson. **Civilizações primitivas do Contestado**. IUL – Impressora Universal Ltda. Caçador – Santa Catarina, 1981.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar” in: **Individualismo e Cultura**. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. Pp. 123-132.

VEIGA, José Eli da. **O Desenvolvimento Agrícola: Uma Visão Histórica**. São Paulo: Edusp:Hucitec,1991.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O Mundo Rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. UFRGS Editora, 2009.

WELTER, Tânia. **As relações de Gênero na Comunidade Cafuza de José Boiteux/SC: o cotidiano familiar e a organização comunitária a partir da fala das mulheres**. Monografia de Especialização – FAED/UDESC. Florianópolis, 1997.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2005, 76 p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. Pp. 7-72.

WOORTMANN, Elen, F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec, 1994.